

UNIVERSIDADE FEEVALE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

FELIPE DO AMARAL

CENTRO DE APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Novo Hamburgo

2015/2

FELIPE DO AMARAL

CENTRO DE APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale.

Professores: Alessandra Migliori do Amaral Brito, Carlos Henrique Goldman e Geisa Tamara Bugs

Orientador: Bruno Cesar Euphrasio de Mello

Novo Hamburgo

2015

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | TEMA | 8 |
| 2.1 | CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA | 8 |
| 2.2 | DADOS ESTATÍSTICOS NO BRASIL | 9 |
| 2.3 | DADOS DO RIO GRANDE DO SUL | 10 |
| 2.6 | POLÍTICA NACIONAL | 13 |
| 2.6.1 | DECRETO 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. | 14 |
| 2.6.2 | LEI 8.742 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1993 | 15 |
| 2.6.3 | POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 16 |
| 2.7 | JUSTIFICATIVA | 18 |
| 3 | MÉTODOS DE PESQUISA | 19 |
| 3.1 | PESQUISA BIBLIOGRÁFICA | 19 |
| 3.2 | ENTREVISTA PROFESSOR FERNANDO FUÃO | 20 |
| 4 | ÁREA DE INTERVENÇÃO | 25 |
| 4.1 | CIDADE DE PORTO ALEGRE | 25 |
| 4.2 | ÁREA DE INTERVENÇÃO | 26 |
| 4.3 | LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO LOTE E ENTORNO | 28 |
| 4.4 | LEVANTAMENTO PLANI-ALTIMÉTRICO | 32 |
| 4.5 | CONDICIONANTES LEGAIS | 35 |
| 4.6 | JUSTIFICATIVA DO LOTE | 36 |
| 5 | PROJETOS REFERENCIAIS | 37 |
| 5.1 | PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS | 37 |
| 5.1.1 | DESIGN FOR HOMELESS SHELTER | 37 |

| | | |
|-------|---------------------------------------|----|
| 5.1.2 | THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER | 41 |
| 5.2 | PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS | 43 |
| 5.2.1 | SINAGOGA E CENTRO COMUNITÁRIO C.I.S. | 43 |
| 5.2.2 | CENTRO COMUNITÁRIO LA QUEUE DU LÉZARD | 48 |
| 5.2.3 | MENÇÃO HONROSA 8ª CONCURSO CBCA | 51 |
| 5.2.4 | EDIFÍCIO DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA | 53 |
| 6 | PROPOSTA DE PROJETO | 56 |
| 6.1 | PROGRAMA DE NECESSIDADES | 56 |
| 6.2 | MATERIAIS CONSTRUTIVOS | 59 |
| 6.2.1 | ESTRUTURA DE AÇO | 59 |
| 6.2.2 | ECOTELHADO | 60 |
| 6.3 | NORMAS TÉCNICAS | 63 |
| | CONCLUSÃO | 67 |
| | REFERÊNCIAS | 68 |
| | APÊNDICES | 71 |
| | APÊNDICE A - ENTREVISTA | 71 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Tempo de vivencia nas ruas..... | 11 |
| Figura 2 - Bairros onde vivem..... | 12 |
| Figura 3 - Local onde dormem..... | 13 |
| Figura 4 - Mapa do Rio Grande do Sul e localização de Porto Alegre..... | 25 |
| Figura 5 – Área de Intervenção e seu entorno..... | 26 |
| Figura 6 - Vias de acesso a Área de Intervenção | 27 |
| Figura 7 - Indicação do Levantamento Fotográfico..... | 28 |
| Figura 8 - Avenida Mauá sentido leste – Visão 1..... | 29 |
| Figura 9 - Avenida Mauá sentido oeste – Visão 2 | 29 |
| Figura 10 - Rua Siqueira Campos sentido Oeste – Visão 3..... | 31 |
| Figura 11 - Rua Siqueira Campos sentido Leste – Visão 4 | 31 |
| Figura 12 - Levantamento e análise dos usos do entorno | 32 |
| Figura 13 - Incidência Solar e Vento Predominante | 34 |
| Figura 14 - Estratégia de Sistema de Planejamento..... | 35 |
| Figura 15 - Fachada do Projeto | 38 |
| Figura 16 - Fachada do Projeto | 38 |
| Figura 17 - Recepção do projeto | 39 |
| Figura 18 - Planta Baixa Primeiro Pavimento | 40 |
| Figura 19 - Planta Baixa do segundo pavimento | 41 |
| Figura 20 - Vista da fachada do projeto..... | 42 |
| Figura 21 - Vista pátio interno do projeto..... | 43 |
| Figura 24 - Perspectiva aérea do projeto..... | 44 |
| Figura 25 - Vista da Fachada do projeto..... | 44 |
| Figura 26 - Corte Longitudinal | 45 |
| Figura 27 - Vista da fachada do projeto..... | 46 |
| Figura 28 - Vista da fachada do projeto..... | 46 |
| Figura 29 - Imagem da fachada do projeto..... | 47 |
| Figura 30 - Vista da Fachada do projeto..... | 48 |
| Figura 31 - Vista da estrutura do projeto..... | 49 |
| Figura 32 - Vista dos elementos construtivos do projeto | 50 |
| Figura 34 - Corte esquemático do projeto..... | 51 |

| | |
|---|----|
| Figura 35 - Fachada do Projeto | 52 |
| Figura 36 - Corte AA longitudinal..... | 52 |
| Figura 37 - Corte BB Transversal | 53 |
| Figura 38 - Programa de Necessidades | 57 |
| Figura 39 – Estrutura Metalicas | 59 |
| Figura 40 – Divisórias Steel Frame..... | 60 |
| Figura 41 – Comparativo da Incidência Solar | 61 |
| Figura 42 – Detalhamento do Ecotelhado..... | 62 |
| Figura 43 – Imagem de cobertura Verde | 62 |
| Figura 44 – Espaço de rotação dos cadeirantes..... | 63 |
| Figura 45 – Banheiro para Cadeirantes..... | 64 |
| Figura 46 – Dimensionamento para o box dos cadeirantes..... | 64 |
| Figura 47 – Dimensões dos chuveiros para cadeirantes | 65 |
| Figura 48 – Dimensionamento das mesas dos refeitórios | 65 |

1 INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho é realizar uma pesquisa que subsidiará a elaboração de um projeto arquitetônico com o seguinte tema: Centro de apoio à população em situação de rua. Este projeto tem como premissa oferecer a esta população local de assistência social, saúde, educação, visando à melhoria de vida para este segmento.

A pesquisa tem por objetivo avaliar e analisar o estado das pessoas que vivem em situação de rua para, posteriormente, propor um centro de acolhimento a esta população. Esses indivíduos vivem em extrema pobreza, sem vínculos familiares, utilizando a rua como espaço de moradia. Estão expostos à violência, sem oportunidades, sofrendo preconceitos.

Por esta razão cremos ser necessário, como demonstraremos ao longo do trabalho, a implantação de programa de serviços de alimentação e qualificação profissional para que o indivíduo que esteja nessa situação tenha condições de se encaminhar ao mercado de trabalho, e possa sair da situação em que se encontra. Neste sentido, a presente proposta favorecerá o fortalecimento da autoestima e autoconfiança e oferecerá à população em situação de rua direitos que são de todo cidadão.

Para fim de dados estatísticos apresentaremos índices que mostram a importância para esse segmento em todo o Brasil, chegando a focar principalmente na cidade de Porto Alegre, onde será realizado o estudo para a proposta do projeto.

Para ser ter um bom embasamento nas diretrizes para o projeto arquitetônico, ira ser apresentado projetos referenciais que abordam o mesmo tema da pesquisa. Com isso será feita as análises para se ter um programa que supra as necessidades que essa população em situação de rua vive diariamente. Todas as intenções serão pensadas de acordo com o plano diretor da cidade de Porto Alegre.

2 TEMA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Segundo publicação do ClicRBS por Tais Seibt (2014), muitos daqueles que usam o espaço público como moradia não têm a intenção de sair da rua ou se hospedarem em albergues. Enquanto isso, outros vivem à procura de oportunidades e meios para a sua reinserção na vida social. Estes dois grupos fazem parte da mesma realidade? Ou é possível distingui-los e nomeá-los de maneiras diferentes?

De acordo com a pesquisadora Maria Helena Rocha Antuniassi, Diretora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo, segundo o levantamento feito entre 2009 e 2011, é possível distinguir dois grupos de pessoas que habitam os logradouros públicos: I- o Morador de Rua; II- a Pessoa em Situação de Rua. O primeiro está nessas condições por vontade própria, por não querer sair da rua. A rua é o seu espaço. A segunda passa por essa condição provisoriamente, por ter perdido o emprego ou por não ter mais contato com a família. Está à espera de uma oportunidade de se reerguer (MARCONE e BICUDO, 2015).

Ainda segundo Antuniassi, a população que usa as ruas como sua moradia – provisória ou permanentemente – sofre constante discriminação. Essa população não enxerga meios para que sua inserção no espaço público seja feita de maneira acolhedora e sem conflitos. As causas da discriminação são variadas: são vistos como viciados, criminosos, violentos, sem procedência conhecida. São tidos, enfim, como um grande problema para a sociedade (MARCONE e BICUDO, 2015).

Na pesquisa, Antuniassi buscou caracterizar a população em situação de rua. Segundo os dados que levantou, a população de rua pode ser assim descrita: 84,3% são homens, 15,7% são mulheres. Alguns dos adultos têm problemas com drogas e de saúde mental. As mulheres geralmente têm maior facilidade para conseguir um trabalho, desde casas de família até redes de prostituição (MARCONE e BICUDO, 2015).

Hoje em dia a sociedade é marcada pela desigualdade social, sem respeito aos direitos humanos decretados em lei. A população em situação de rua é vista como uma parte que está fora da sociedade em que vive. Muitas vezes é “considerada como uma das mais dramáticas manifestações da questão social” (ARGILES e SILVA, 2011). Por viverem em condições vulneráveis acabam sendo

alvo de violência e crueldade. Essa realidade põe em “evidência o caráter destrutivo do sistema capitalista” (ARGILES e SILVA, 2011).

O cidadão de baixa renda – sem condições de acessar dignamente a moradia, a educação, a saúde – acaba excluído da cidadania. E, assim, a população em situação de rua, acaba por se tornar estes indivíduos sem poder econômico e cidadãos invisíveis (ARGILES e SILVA, 2011).

E essa é uma marca da população em situação de rua: a invisibilidade, a marginalidade e a impossibilidade de acessar uma série de benefícios sociais. São estas condições que o presente trabalho pretende mitigar.

2.2 DADOS ESTATÍSTICOS NO BRASIL

Em 2005, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua, com a finalidade de implementar políticas públicas, através de programas de movimentos sociais, visando quantificar os habitantes que vivem nessa situação (BRASIL, 2008).

Os organizadores do encontro, como forma de subsidiar os debates, realizaram pesquisa sobre a população em situação de rua em 71 municípios do país, sendo 48 deles com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais. De acordo com os dados coletados, foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua vivendo em “calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas)” (BRASIL, 2008,p.06 apud VALENCIO, 2008).

Os dados demonstram que a população de rua no Brasil não é composta por “mendigos” e “pedintes”. Os resultados mostram que 59% das pessoas em situação de rua tiram seu sustento de algum trabalho. Alguns afirmam ter profissão como, por exemplo: “coleta de material reciclável, trabalho doméstico, construção civil, entre outros” (VALENCIO, 2008, p.561). Porém, muitos sofrem pela discriminação que vivenciam no seu dia a dia, sem poder usufruir dos seus direitos legais. Muitas das queixas são pelo preconceito por utilizar o transporte público, como se não tivessem direito como qualquer outro cidadão (VALENCIO, 2008).

Os dados da pesquisa demonstram ainda outras características desta população: ela é composta predominantemente por homens (82%); desse

percentual 79,6% têm acesso à refeição apenas uma vez ao dia. Outros dados coletados se referem ainda “a dependência química (35%); o desemprego (30%); conflitos familiares (29%); o medo da discriminação e atos de violência (69,3%)” (VALENCIO, 2008).

Muitas dessas pessoas que vivem nessa situação se instalam embaixo de viadutos, pontes, onde constroem casas de madeiras e papelão. Porém quando se tratar de preservar o espaço urbano da cidade, essa população acaba sendo removida do local, sem ter nenhuma outra opção para seguir, ficando sem rumo e perambulando pelas ruas (VALENCIO, 2008).

2.3 DADOS DO RIO GRANDE DO SUL

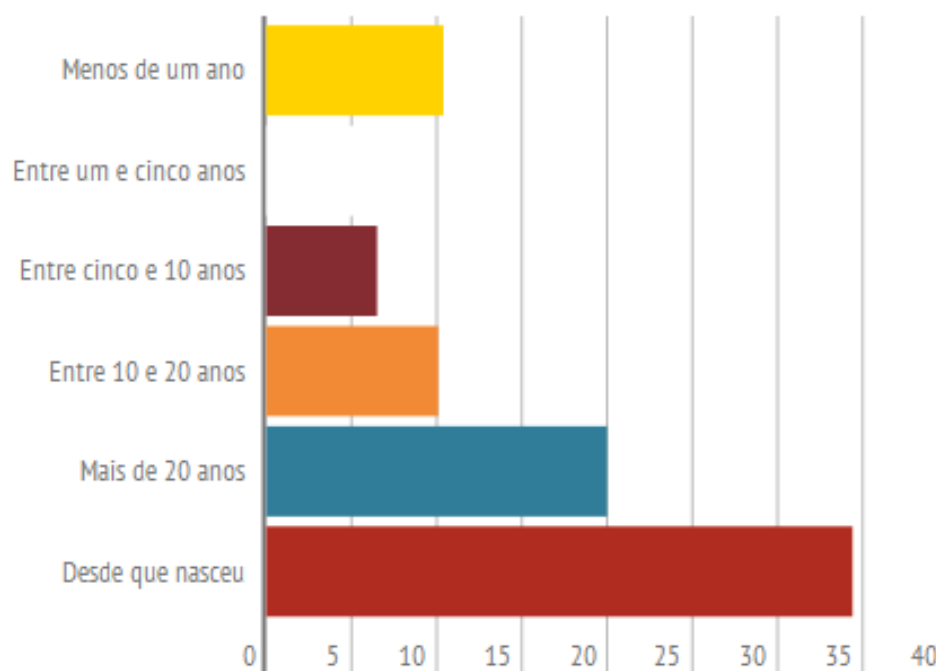
Em 2011 a Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, realizou uma pesquisa de caracterização da população em situação de rua em Porto Alegre (FASC, 2011). Este levantamento indica um aumento de 12% nesta população quando comparado com a última coleta de dados, realizada em 2007.

Os dados indicam que muitas das pessoas que estão na rua se recusam a ir para algum centro de apoio, como albergue ou abrigo. São 1.347 pessoas que vivem na rua. Essas pesquisas vêm sendo feitas desde 1994, apresentando um contexto complexo e características diversificadas (DORNELES e SILVA, 2012).

Estas pesquisas buscam identificar e caracterizar as pessoas que passam por essa situação no município: homens, mulheres, crianças, pessoas que possuem algum tipo de doença e dependência de vícios, que não tenham mais contato com a família e demais outras situações (DORNELES e SILVA, 2012).

Muitas dessas pessoas vivem na rua desde o nascimento, e acabam tornando a rua a sua casa. A figura 1 mostra há quanto tempo essas pessoas vivem nas ruas (VARGAS, 2014).

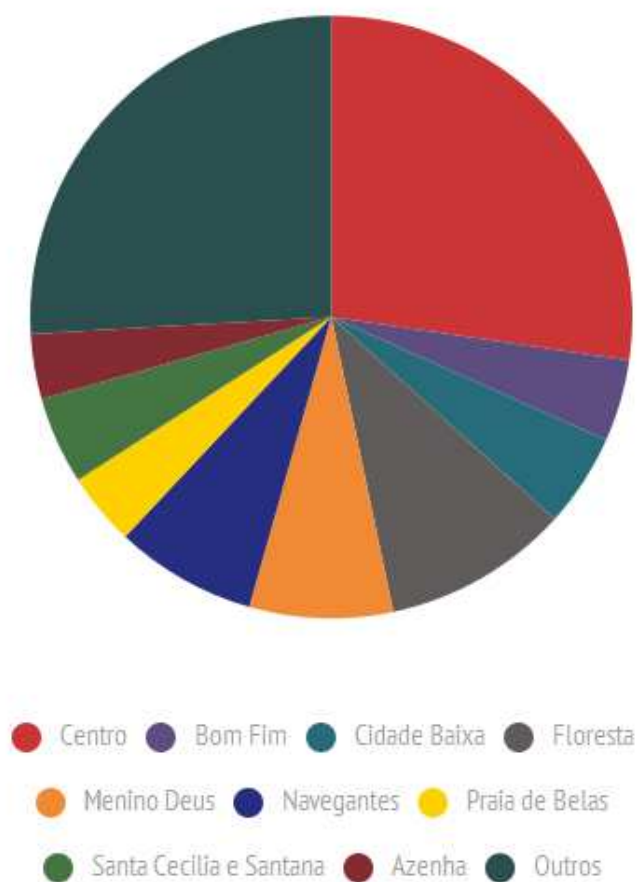
Na pesquisa consta que 49,9% dos entrevistados nasceu em Porto Alegre. O restante veio das cidades do interior do Estado. Conforme os dados coletados, a figura 2 mostra em que bairros vive a população em situação de rua em Porto Alegre. A maior quantidade vive no centro (27,3%). Em segundo e terceiro lugar estão os bairros Floresta e Menino Deus, com 10% e 7,7%, respectivamente. (DORNELES e SILVA, 2012).

Figura 1 - Tempo de vivencia nas ruas

Fonte: Vargas (2014)

A pesquisa apresenta também onde que a população tem o costume de passar a noite. Mesmo com abrigos e albergues para pernoitarem, muitas das pessoas preferem ficar na rua em locais variados, figura 3 (VARGAS, 2014).

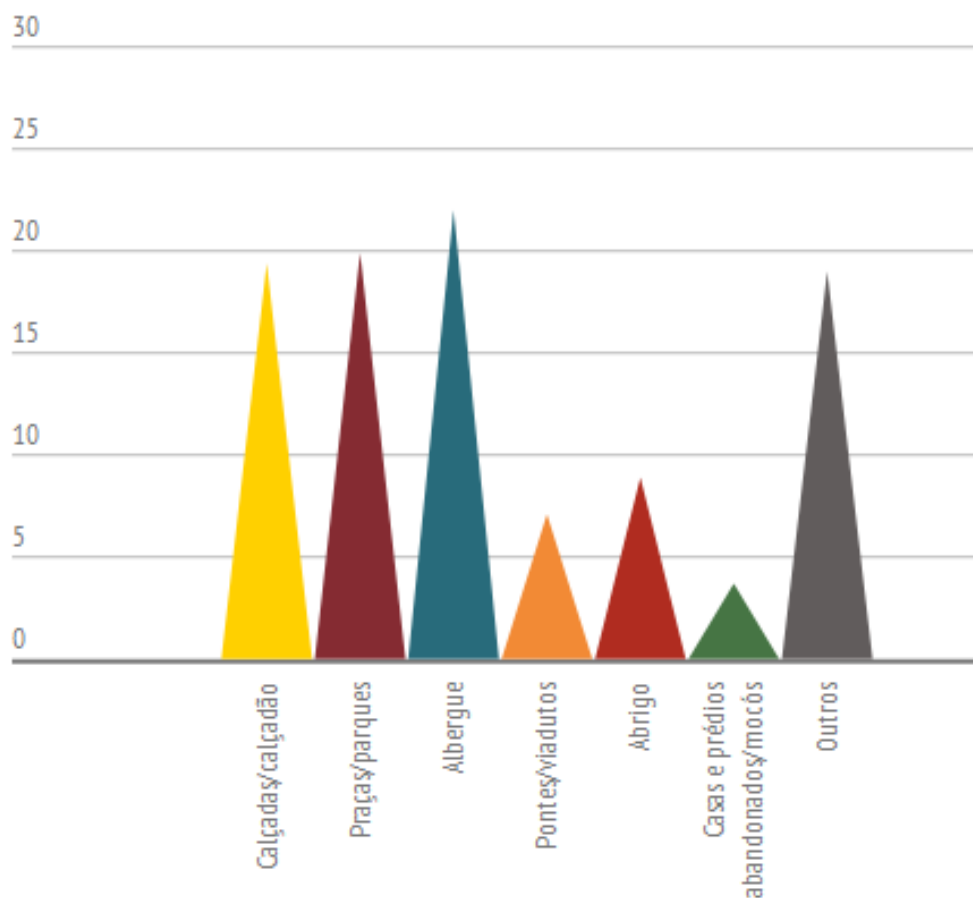
O serviço de Política da Assistência Social de Porto Alegre tem buscado espaço de acolhimento para a população em situação de rua. Locais que ofereçam saúde, educação, geração de trabalho e renda, cultura, habitação, esporte. Afinal, como afirmam Dorneles e Silva (2012), a população em situação de rua têm os mesmos direitos como qualquer outro cidadão.

Figura 2 - Bairros onde vivem

Fonte: Vargas (2014)

Os dados apresentados indicam a importância de ter um local de amparo para essa população em situação de rua. A partir dessas informações surge a necessidade de um projeto que possa sanar as necessidades das pessoas que vivem em situação de extrema pobreza em Porto Alegre.

Figura 3 - Local onde dormem



Fonte: Vargas (2014)

2.6 POLÍTICA NACIONAL

A Constituição Federal de 1988 significou um avanço nos direitos e na política social do país. Através desse documento todo e qualquer cidadão tem direito a ter uma vida digna, com educação, saúde, trabalho, moradia e segurança (BRASIL, 1988).

Uma grande parte da população brasileira vive em condições de pobreza e discriminação. Os programas de Assistência Social dos governos garantem os direitos e o desenvolvimento que atendam às necessidades da população, conforme declarado na constituição federal. Esse avanço da concepção da assistência social permite que a sociedade tenha garantidos os seus direitos contra todos os riscos que fazem parte da vida, garantindo a proteção social a cada cidadão (NOB-SUAS, 2005 apud ARGILE, 2010). Contudo, a população em situação de rua nunca foi

contemplada com programas específicos que fossem condizentes com a sua realidade.

A segurança, alimentação, moradia, saúde e demais, necessidades são essenciais para todos, porém, não são vistos como prioridade pelos direitos humanos, embora sejam fundamentais para cada cidadão. As implementações das políticas públicas são vistas como políticas de repressão e higienistas. A sociedade trata essa população como vagabunda, malandra, bandida, criminalizando a todos nessas condições. Muitas vezes são agredidas com atos de violência, a fim de tirá-los do espaço urbano (ARGILES, 2010).

A população em situação de rua só foi contemplada com políticas públicas específicas recentemente. O decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 é a legislação que trata diretamente deste segmento da sociedade. Veremos, a seguir, a que ela se refere.

2.6.1 DECRETO 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Com o intuito de especificar os direitos e as formas de assistência à população em situação de rua, o presidente Lula sancionou o decreto 7.053 em 23 de dezembro de 2009. Ele instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009).

É uma legislação voltada para um grupo heterogêneo, mas com algumas características em comum: pessoas que convivem com a pobreza extrema; com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e sem moradia regular; que utilizam o espaço público e áreas degradadas como moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Os princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, são discriminados no Artigo 5º. São eles a igualdade e equidade. Esse artigo garante ainda o respeito à dignidade da pessoa humana, direitos à convivência familiar e com a sociedade, valorização e respeito a vida e a cidadania, atendimento humanizado e universalizado e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual, religiosa e deficiência (BRASIL, 2009).

O Artigo 7º do decreto assegura o acesso amplo e simplificado aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda. Consta ainda a necessidade de implantar centros de defesa dos direitos humanos, incentivos à criação e divulgação que permitam a disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias para qualquer situação contra a população em situação de rua, e sugestões de melhorias para as políticas voltadas a este segmento (BRASIL, 2009).

A implementação de ações de segurança alimentar, programas com qualificação profissional, que permitam acesso a benefícios previdenciários e assistenciais são objetivos também previstos no Artigo 7º do decreto (BRASIL, 2009).

Este artigo coloca questões cruciais às quais o projeto que propomos buscará atender. A proposta de projeto arquitetônico que apresentamos nesta pesquisa pretende criar as condições para que, pelo menos em parte, este artigo seja efetivamente implementado. Por essa razão, nosso projeto de criação de um centro de acolhimento e atendimento à população em situação de rua, conterá, em seu programa de necessidades, ambientes que atendam às demandas do artigo 7º do decreto 7.053.

2.6.2 LEI 8.742 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1993

Diferente do que é citado no decreto acima, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 07 de novembro de 1993 pelo Presidente da República, na época, Itamar Franco, decreta as condições de Assistência Social garantindo o direito do cidadão e dever do Estado à seguridade social não contributiva. O Estado tem o dever de garantir o atendimento as necessidades básicas, através de ações e iniciativa pública e da sociedade (BRASIL, 1993).

De acordo com os princípios descritos no Capítulo II da Lei, é dever do Estado prover o atendimento às necessidades sociais, com igualdade, sem discriminação de qualquer natureza, com respeito à dignidade do cidadão, garantindo o direito a benefícios e serviços de qualidade (BRASIL, 1993).

O Capítulo III da Lei, especificamente o Artigo 6, demonstra a organização e gestão das ações na área da assistência social, de forma que o seja organizada de modo descentralizado e participativo (BRASIL, 1993).

Fica destacado no Artigo 11, que as três esferas de governo, Estados, Distrito Federal e Municípios, na área da assistência social, efetuem suas ações de forma articulada, cada uma em suas respectivas esferas (BRASIL, 1993).

Cabe aos Estados, destinar recursos financeiros aos Municípios, a fim de apoiar a gestão dos serviços e programas para cada região ou local, atendendo junto aos municípios de forma de caráter emergencial. É de responsabilidade também o apoio tecnicamente e financeiramente às associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social (BRASIL, 1993).

Compete ao Distrito Federal, destinar recursos financeiro a fim de arcar com eventuais benefícios que integram as garantias do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e que são prestadas aos cidadãos. Devem também atender aos serviços sócio assistenciais, às atividades que visam melhorar a vida da população e realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social em seu âmbito (BRASIL, 1993).

Já aos Municípios cabem a destinar recursos para executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil, atendendo às ações assistenciais de caráter de emergência e prestar serviços que visam à melhoria da vida da população (BRASIL, 1993).

Por fim, os conselhos de Assistência Social destinadas a Nacional, Estadual, Distrito Federal e Municipal, estão vinculados ao órgão gestor de assistência social. Por meio deste, estão destinados a atender e prover a infraestrutura para seu funcionamento, garantido recursos para quando seus representantes estiverem no exercício de suas atribuições (BRASIL, 1993).

2.6.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aprovada em 22 de setembro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, tem por obrigação garantir os direitos sociais a cada cidadão. Seus principais objetivos são: prover benefícios para a proteção básica e especial para indivíduos que necessitem; a inclusão na sociedade, com acessos aos serviços

socioassistenciais básicos e especiais; e assegurar que as ações no âmbito da assistência social garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004).

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) consiste na regulação e organização das ações socioassistenciais. Através dessa organização são separados dois tipos de ações de assistência social: I- Proteção Básica e II- Proteção Especial (BRASIL, 2004).

A primeira proteção se refere às famílias em extrema pobreza, com ausência de renda, sem acesso a serviços públicos, discriminadas socialmente, com deficiência e entre outras. Seu objetivo é prevenir os riscos sociais e pessoais, oferecendo programas, serviços e benefícios para a população que vive nessas condições. A segunda proteção destina-se a assegurar as famílias e indivíduos com seus direitos violados, que já vivem em situação de risco, por ocorrência de “abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos” (BRASIL, 2004).

Através do SUAS se prevê o comprometimento com os serviços de Assistência Social, garantindo a segurança, os direitos e a proteção social a todos os cidadãos. O compromisso prestado pela Assistência Social visa proteger e fortalecer os vínculos familiares, desenvolvendo programas e serviços que combatem a pobreza e discriminação etária e étnica (BRASIL, 2004).

O SUAS engloba centros de assistência social, que de acordo com o Portal Brasil, publicado no dia 14.05.2014, o IBGE divulgou um crescimento em todo o território brasileiro entre 2009 e 2013. Essas unidades são: I- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), II -Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e III- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

O CRAS é uma unidade pública municipal, que presta serviços em áreas com maior vulnerabilidade e risco social. Seus princípios são os mesmos estipulados pela SUAS. O CRAS se abre o caminho principal de entrada nos municípios para que possa ser aplicado todo o sistema de assistência social. Seu crescimento teve aumento de 45%, com a maior concentração no Nordeste, totalizando 99,5%. Já no Centro Oeste, 98,7%, Norte com 97,6%, Sudeste com 96,4% e no Sul 96,1% (PORTA BRASIL,2014).

Já a segunda unidade abrange a gestão municipal, estadual ou regional. Destinada a serviços especializados que atendem famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social. Seu número apresentou crescimento de 80%. A maior proporção foi do Nordeste, com 45%, Centro Oeste, 43%, Norte 40%, Sudeste, 31% e Sul com 26% (PORTA BRASIL, 2014).

Os Centros POP tem por âmbito o atendimento à população em situação de rua, de acordo com o Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009, conforme o item 2.6.1. Essa unidade teve um crescimento de 2,8%, por se tratar de uma unidade que se iniciou no período da pesquisa, os números são coerentes com o tempo que ela está em andamento. Essa unidade foi pensada para cidades de grande porte e metrópoles, tendo em vista que a população em situação de rua se concentra nos grandes centros urbanos (PORTA BRASIL, 2014).

A partir das informações apresentadas das unidades de assistência social, o projeto pretendido busca por em prática essas mesmas propostas dos centros de referência. O intuito é prestar atendimento a todos os níveis de risco social e pessoal para essa população em situação de rua.

2.7 JUSTIFICATIVA

A partir das referências bibliográficas, percebemos que a falta de preocupação com as pessoas em situação de rua é muito presente na sociedade. Leis são impostas para que a sociedade tenha consciência que devemos nos unir para ajudar uns aos outros e transformar o país em um lugar melhor com uma vida digna para todos.

Os dados apresentados apontam que é um direito social ter um local apropriado para atender às necessidades da população em situação de rua, com qualidade, profissionalismo e humanidade.

Essa é a motivação de querer desenvolver um projeto que visa uma vida melhor para as pessoas que necessitam de ajuda, propondo assim um Centro de Apoio a população em Situação de rua. Meus pais, voluntários em algumas instituições que ajudam pessoas que passam necessidades, servem de referência para mim. O aprendizado que eles me transmitiram me aproximou do tema da população em situação de rua.

3 METODOS DE PESQUISA

Para se ter dados significativos no projeto de arquitetura do Centro de Apoio a População em Situação de Rua, foram utilizados dois métodos de pesquisa: I- pesquisa bibliográfica; II- entrevista.

Através de informações de pesquisa bibliográfica em relação ao tema abordado, procuramos reunir dados sobre projetos de centros de acolhimento a população em situação de rua, legislação atinente, exemplos e referências de tipologias, materiais e aspectos técnico-funcionais.

Também foi feita uma entrevista com o Arquiteto e Urbanismo Fernando Delfino de Freitas Fuão, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Nesta entrevista tratamos de sua experiência e conhecimento sobre o tema, já que o professor tem desenvolvido um trabalho junto à população em situação de rua no projeto “Universidade na Rua”. Na entrevista, tratamos das necessidades do programa para atender essa população, as maiores dificuldades que enfrentam no dia-a-dia, uma melhor forma de acolhimento, e como que está sendo prestado o serviço de assistência a essas pessoas, a fim de obter resultado significativo para o projeto pretendido.

Passemos à descrição mais detalhada destas formas de pesquisa e seus resultados.

3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Para a formalização teórica deste trabalho, foram buscadas referências de autores que tratam do mesmo tema, ou de tema semelhante, livros, sites e demais meios de informação disponíveis para a realização da pesquisa bibliográfica sobre a população em situação de rua.

Foi estudado a contextualização da população em situação de rua, com dados apresentados no Brasil, no Rio Grande do Sul e na capital Porto Alegre, local onde será realizada a área de intervenção escolhida. Desta forma, entende-se a necessidade de um programa que visa estabelecer cuidados para os indivíduos que vivem nas ruas, os quais não têm condições de ter uma vida digna.

Algumas das referências tiveram maior importância para o tema, por exemplo, o livro de Aline Espinodola Dornelles, Julia Obst e Marta Borba Silva (2012), trata da complexidade que vivem as pessoas em situação de rua, a política de assistência social que assume esse sistema de prestar serviços e benefícios às pessoas que passam por situações de risco. O livro tem por objetivo rever conceitos, concepções, características e as necessidades dessa população. Por isso com as experiências e estudos junto a FASC, foram realizadas pesquisas para se obter resultados de ações e reflexões de um assunto tão complexo e diversificado que é a população em situação de rua vive. Essas informações apresentadas no livro contribuem para se organizar um Centro de Apoio a população de rua, como é a intenção do projeto pretendido, a fim de conseguir acolher o maior número de pessoas com situações diversificadas.

Já o artigo de Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (2008), apresenta que a população em situação de rua trata-se de um problema social para o Brasil. O artigo aponta para o fato dessas pessoas serem o problema, sofrem com violência física e moral, onde que para se ter um suporte de apoio para esse tipo de crueldade, essas pessoas em situação de rua acabam por ter dificuldades de encontrar. Esse grupo de pessoas enfrentam obstáculos para ter os direitos que todo e qualquer cidadão precisa para viver com dignidade.

Portanto, esses dados são de extrema importância para que se consiga ter um Centro de Apoio a População em Situação de Rua. Onde haja amparo, dedicação e acolhimento para as pessoas que passam por dificuldades extremas e não encontram uma saída para conseguir viver em paz.

3.2 ENTREVISTA PROFESSOR FERNANDO FUÃO

No dia 10 de novembro de 2015, foi realizada a entrevista com o Arquiteto e Urbanista Fernando Delfino de Freitas Fuão, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O tema da conversa versou sobre a população em situação de rua. A entrevista durou cerca de duas horas e foi realizada no prédio da Faculdade de Arquitetura, em Porto Alegre.

A definição do entrevistado se deu pelo seu perfil. O professor Fernando Fuão trabalha com a população em situação de rua em projeto “Universidade na Rua”. Além disso, Fernando Fuão trouxe o tema da população em situação de rua para a

sala de aula, desenvolvendo trabalhos nas disciplinas de projeto de arquitetura vinculados ao tema deste segmento da sociedade.

Passaremos, a seguir, a relatar algumas das posições sobre o tema que o professor revelou durante a entrevista.

Segundo Fuão, a cidade de Porto Alegre, por ser a capital do estado do Rio Grande do Sul, possui um grande número de pessoas em situação de rua. Porto Alegre conta com apoios dos centros POP que auxiliam no convívio social, desenvolvimento de relações afetivas, solidárias e de respeito desta população.

Em caso de problemas de saúde a população em situação de rua recorre para o Hospital Santa Marta ou para Postos Ambulantes que são disponibilizados pela Prefeitura de Porto Alegre. Esses postos são concedidos para bairro que não possuem assistência. Porém, em alguns casos, essas pessoas sofrem discriminação pela situação em que vivem. Nos hospitais, quando são recepcionados para cadastro, precisam identificar seu endereço. Pelo fato de não terem, já que moram na rua, são deixados de lado, independentemente de sua situação de saúde.

Já nos postos ambulantes, nem sempre são atendidos. Estes Postos não estão sempre no mesmo lugar. Eventualmente também não são atendidos por não estarem bem fisicamente, por não ter dormido bem a noite e não conseguir levantar, ou algum caso semelhante.

O SUS, por ser um Sistema Único de Saúde, tem por obrigação Federal de atender toda e qualquer pessoa que passa por dificuldades de saúde. Porém não é isso que acontece.

As dificuldades que essas pessoas encontram estão relacionadas principalmente com a violência. À noite vivem com medo de serem abordados por pessoas que os discriminam, de serem espancados, maltratados. Em alguns casos sofrem agressões até mesmo da polícia. Por isso preferem dormir durante o dia e a noite ficarem perambulando pela cidade. Conforme comenta Fuão, “a noite eles se tornam vigilantes das ruas”.

Muitos dos moradores de rua efetivamente são pessoas que não se adaptam ao trabalho regular, são viciados em drogas e álcool. Porém, geralmente não são pessoas violentas, tudo que ganham ou roubam é para ser gasto em substâncias que os tiram da realidade que vivem.

A polícia, por estar sempre nas ruas, acaba conhecendo a população que está nas ruas, por isso conseguem distinguir quem são os vândalos que andam sempre metidos em confusão e quem só está ali por falta de oportunidade.

Fuão comenta também que esse grupo de pessoas de rua, tem dificuldades de relações interpessoais. Muitos deles moram no Parque Harmonia, próximo da Usina do Gasômetro, onde acampam em grupos de 6 a 8 pessoas. Assim se fortalecem contra os maiores problemas que enfrentam. Porém, tem muitos que brigam entre si, muitas vezes lutando por território.

Com todas as dificuldades que enfrentam, não deixam de ser pessoas acolhedoras, companheiras, ajudam uns aos outros. Se alguém ganha comida, leva para o grupo e divide entre todos.

Fuão acrescenta que eles têm muito espírito coletivo. Neste sentido, poderiam servir de referência para uma sociedade futura, pelo fato de serem solidários uns com os outros. Hoje em dia muitos que tem “educação” não se importam com as outras pessoas. Vivem em um mundo de ganância e ostentação. Conforme Fuão, educação é aprender a viver, ser solidário, acolhedor, é isso que o mundo mais precisa.

A sociedade acha que essas pessoas em situação de rua são selvagens, pessoas que não valem nada, que estão na rua por serem vagabundos, vândalos, viciados em drogas e álcool. Mas nem todos são dessa forma. Pelo contrário, são pessoas que necessitam de oportunidade para que possam crescer como qualquer outro cidadão.

As principais oportunidades requeridas são, na opinião de Fuão: uma alimentação descente, com restaurantes populares a baixo custo; assistência medica para atender qualquer tipo de doença; e assistência psicológica que é a principal de todas as necessidades.

A ajuda psicológica é muito importante para estas pessoas conseguirem viver melhor, pois suas vidas têm muita desgraça, muitos possuem doenças mentais. Com isso acabam até mesmo sendo pessoas violentas, fazendo com que a sociedade se afaste desses indivíduos.

Uma das atividades que Fuão comenta como sendo fundamentais para dirigir a essa população é o ensino, a capacitação dessas pessoas em situação de rua. Essas pessoas não para muito em um único lugar, não costumam ter paciência. Por

isso propõe cursos rápidos e com uma previsão de emprego futuro, pois se os moradores de rua não verem perspectiva, eles logo desistem.

Para isso, seria interessante, que as empresas que fossem contrata-los tivessem um local de acolhimento para seus futuros funcionários, ajudando-os a sair das ruas e conquistarem uma vida mais digna. Além disso, não teria como eles trabalhem e irem para um abrigo ou albergue, pois o horário que abrem esses locais é às 16 horas. Com isso não conseguiriam manter o emprego, pois acabariam que sair antes do trabalho para entrarem na fila de espera.

Muitos hoje vivem de carrinhos de reciclagem para tirar uma pequena renda para conseguir se manter. Esses indivíduos enfrentam dificuldades para não perder o carrinho que gera seu sustento. Por exemplo, se a pessoa que vive de reciclagem passar por um problema de saúde e tiver que ir a algum atendimento médico, e não tiver lugar para deixar o seu carrinho, ele logo desistirá de ir ao médico, já que deixando o seu carrinho de reciclagem, poderia nunca mais velo.

Fuão acrescenta que deve haver um local onde eles possam deixar seus pertences, por mais que seja pouca coisa, eles teriam como viver sem essas preocupações. Muitos desses têm cachorro de estimação, seu companheiro em muitas horas, esses também precisam ter cuidados. Um centro veterinário ajudaria a amenizar esse problema, já que os moradores de rua vivem, dormem, com esses animais, e acabam pegando alguma sarna ou algo parecido. Esse cuidado com o animal seria muito importante para ambos.

Por isso um centro de amparo a essa população em situação de rua seria necessário por oportunizar uma vida digna para eles. Um local com assistência social, medica, psicológica, jurídica, ensino e capacitação com música, arte, pintura e demais outros.

Fuão comenta que os moradores de rua adoram música, um local para eles escutarem as suas músicas preferidas, ou até mesmo eles terem um espaço para tocarem instrumentos musicais, seria de tamanho interesse para eles.

A população em situação de rua gosta de trabalho manual, então essas atividades ajudariam muito a ter a atenção deles, podendo assim faze-los mudar seu rumo de vida, e ter uma perspectiva futura.

Trabalhos que ajudassem sua autoestima, como dança, embelezamento, programas que deem maior força para viver melhor, assim a sociedade poderia olhar

para essas pessoas em situação de rua com outros olhos, não mais os discriminando, mas sim ajudando a ter uma visão de vida.

Para isso teria que ter um lugar sempre aberto para o acolhimento dessas pessoas, com restaurante popular, um local com espaço para descanso, local para tomar banho fazer suas necessidades, lavar a roupa, até mesmo estender suas roupas.

Portanto, para que um centro de apoio à população em situação de rua tenha os cuidados necessários e que chame essas pessoas para seu programa, a edificação deve trabalhar com a realidade desses indivíduos. Fuão aconselha uma edificação construída para materiais ecológicos, buscando a natureza, materiais que expressam o acolhimento e a realidade da cidade.

O prédio em questão poderia ter fachadas vegetais. No seu interior ao invés de divisórias de tijolos, concreto, utilizar vegetação, procurando trazer o externo para o interno. O mesmo piso utilizado nas calçadas poderia seguir para dentro da edificação, pois assim o Centro de apoio será acolhedor para a população em situação de rua, já que estará apresentando o universo que eles vivem.

4 ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 CIDADE DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre situa-se é a capital do estado do Rio Grande do Sul. Com área de 496,682 km², é uma região com morros, baixadas e ladeado por um grande lago, o Guaíba. Sua população no ano de 2015 é estimada em 1.476.837 habitantes (WIKIPEDIA, 2015).

Fundada 26 de março de 1772, foi nomeada à época como Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Logo depois seu nome foi alterado para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. O povoamento teve seu início em meado de 1752, com a chegada de 60 casais portugueses. “A partir de 1824, passou a receber imigrantes de todo o mundo, em particular alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses” (IBGE, 2015).

Figura 4 - Mapa do Rio Grande do Sul e localização de Porto Alegre



Fonte: Wikipédia (2015)

A capital do Rio Grande do Sul é também a capital dos Pampas, onde nasce o gaúcho, figura histórica e de bravura, resultado da união do índio e do ibérico, que disputavam terras da bacia do Rio da Prata (IBGE, 2015).

Um dos acontecimentos mais notáveis da história do estado do RS foi a Guerra do Farrapos, que até hoje é lembrada por todos os gaúchos (IBGE, 2015). A Guerra dos Farrapos se iniciou com um enfrentamento ocorrido na própria capital,

nas proximidades da atual ponte da Azenha, no dia 20 de setembro de 1835. O ocorrido foi o descontentamento político com o governo imperial brasileiro, as revoltas pelos altos impostos cobrados no comércio de couro, gado, charque, pois o Rio Grande do Sul era uma região muito rica desses produtos. Com a insatisfação das atitudes do governo houve uma revolução para que o atual presidente da época Antônio Rodrigues Fernandes Braga, renunciasse o seu cargo.

Muitos conflitos ocorreram na época, e em 1843 nomeado presidente, Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caixas, buscou formas para acabar com essa revolução. Foi então que em 1845 os rebeldes aceitaram a proposta de paz, dando fim a Revolução farroupilha.

Com o fim da Guerra dos Farrapos, Porto Alegre se desenvolveu e mantém as cicatrizes de sua brava história que pode ser vista e admirada no centro cultural da cidade, sendo assim um ícone na história do Brasil.

4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção escolhida situa-se no Bairro do Centro Histórico de Porto Alegre, próximo do Cais do Porto, da Usina do Gasômetro, da Casa de Cultura Mário Quintana, da Praça da Alfândega, da Rua da Praia, ou seja, de diversos pontos importantes para a capital gaúcha.

Figura 5 – Área de Intervenção e seu entorno



Fonte: Imagem Google Earth editado pelo autor (2015)




- | | |
|--|--|
|  Área de Intervenção |  Mercado Público |
|  Cais do Porto |  MARGS |
|  Usina do Gasometro |  Igreja Nossa Senhora das Dores |
|  Praça da Alfandega |  Teatro São Pedro |
|  Casa de Cultura Mario Quintana |  Catedral Metropolitana de Porto Alegre |
|  Prefeitura Municipal de Porto Alegre |  Praças |

A principais vias de acesso ao lote (figura 5) são a Avenida Mauá e Siqueira Campos. Nessas vias ocorre um grande tráfego de veículos, já que são de fácil acesso a cidade, tanto para quem vem de fora quanto para que mora em Porto Alegre.

Figura 6 - Vias de acesso a Área de Intervenção



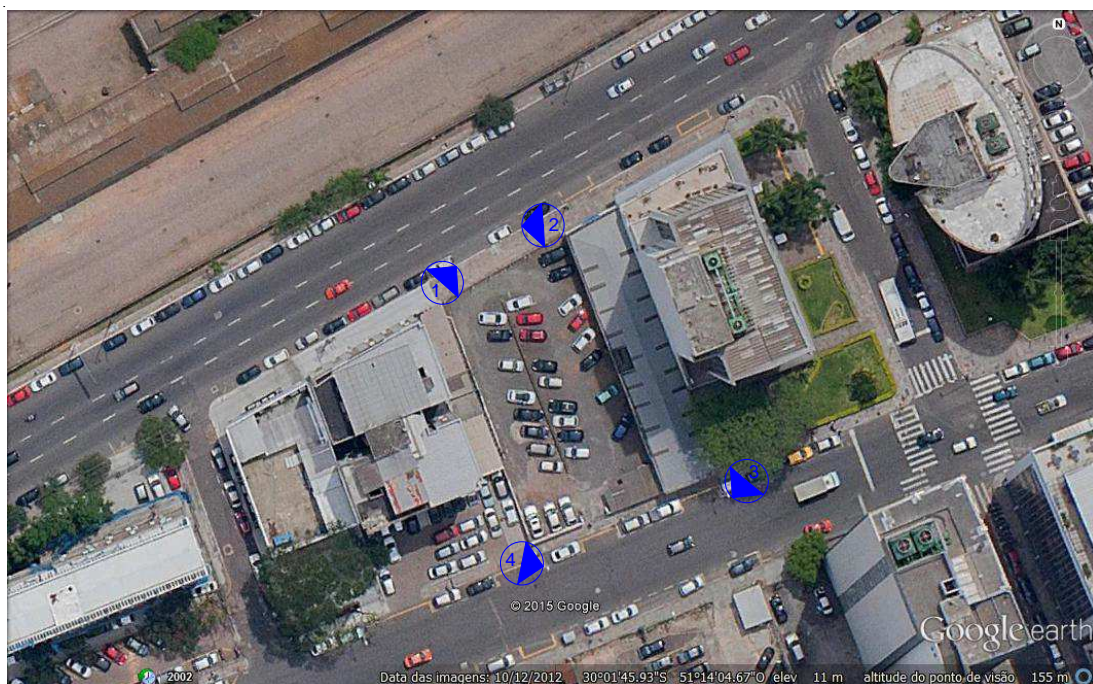
Fonte: Imagem Google Earth editada pelo autor (2015)

-  Área de Intervenção
-  Vias de acesso Principal
-  Vias de acesso Secundario

4.3 LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO DO LOTE E ENTORNO

A seguir apresentaremos figuras da área de intervenção e entorno para melhor entendimento de sua localização.

Figura 7 - Indicação do Levantamento Fotográfico



Fonte: Imagem Google Earth editada pelo autor (2015)

As figuras 8 e 9 apresentadas no mapa com vista 1 e 2, está a avenida Mauá com o Cais do Porto ao fundo. Nessa avenida há uma constante circulação de pessoas e automóveis.

Figura 8 - Avenida Mauá sentido leste – Visão 1



Fonte: Autor (2015)

Figura 9 - Avenida Mauá sentido oeste – Visão 2



Fonte: Autor (2015)

Nas Figuras 10 e 11 mostra o lote com a extensão do seu entorno. Nota-se que se situa em uma área com predominância de prédio comerciais e com grande fluxo de veículos.

Figura 10 - Vista do lote com o seu entorno



Fonte: Autor (2015)

Figura 11 - Vista do entorno do lote



Fonte: Autor (2015)

Na Figura 12 e 13 (vista 3 e 4) mostra outra rua de transito intenso que é a Rua Siqueira Campos, rua paralela à Avenida Mauá.

Figura 12 - Rua Siqueira Campos sentido Oeste – Visão 3



Fonte: Autor (2015)

Figura 13 - Rua Siqueira Campos sentido Leste – Visão 4



Fonte: Autor (2015)

Conforme as figuras apresentadas, podemos perceber que o local em que a área de intervenção é localizada é de uso comercial, por estar no setor do Centro Histórico, sendo assim, o projeto pretendido está adequado com o entorno.

4.4 LEVANTAMENTO PLANI-ALTIMÉTRICO

A área de intervenção está localizada na área urbana oeste da cidade, no Bairro Centro Histórico, na Avenida Mauá e Rua Siqueira Campos, há 200 metros da Praça da Alfândega, no miolo da quadra entre a Rua General João Manoel e Travessa Araújo Ribeiro.

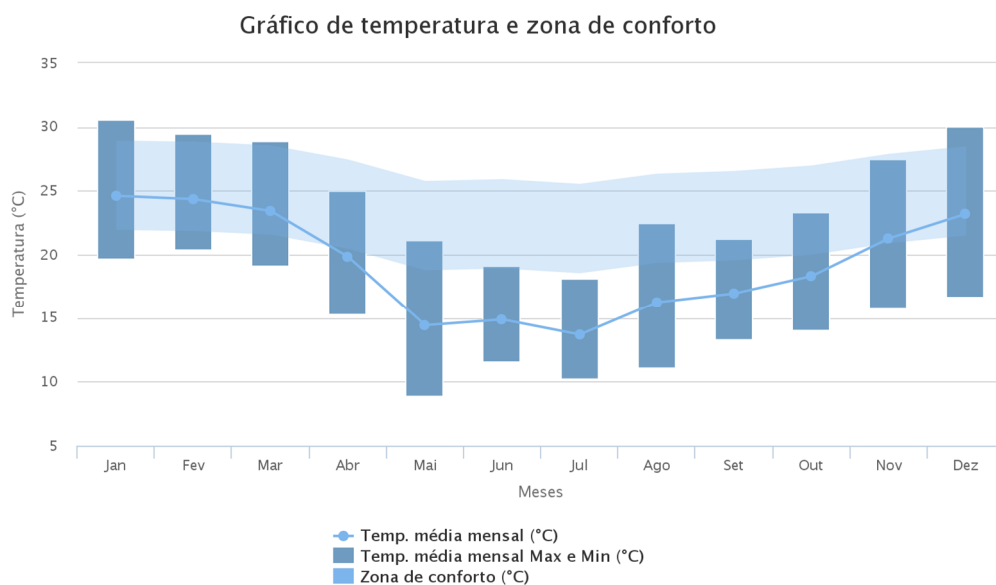
Figura 14 - Levantamento e análise dos usos do entorno



Fonte: Autor (2015)

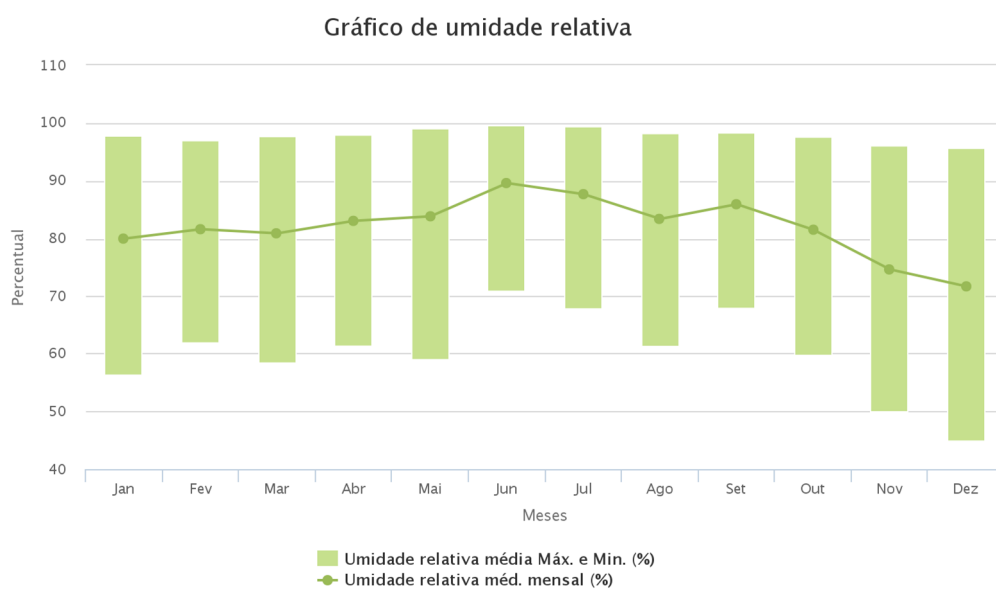
De acordo com os gráficos a cidade de Porto Alegre possui uma estimativa de 20,59% de todas as horas do ano estão em conforto, sendo que 24,7% estão em desconforto pelo calor e 54,7% em desconforto pelo frio (PROJETEEEE, 2015).

Figura 15 - Gráfico de temperatura e zona de conforto



Fonte: Projeteee (2015)

Figura 16 - Gráfico de umidade relativa



Fonte: Autor (2015)

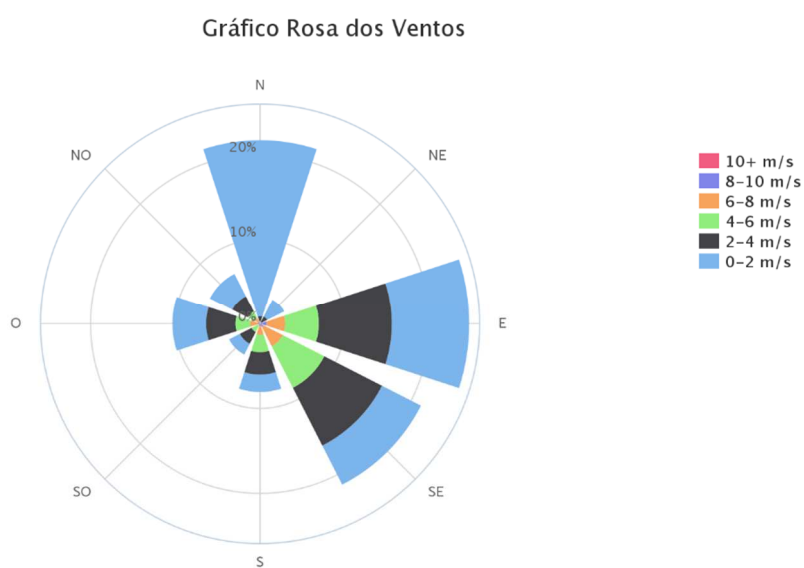
Figura 17 - Incidência Solar e Vento Predominante



Fonte: Autor (2015)

Porto Alegre possui uma ventilação Sudeste que varia de 0-2 m/s de zona de conforto, chegando a 6 m/s de uma média relativa de umidade no ar (PROJETEE, 2015).

Figura 18 - Gráfico Rosa dos Ventos



Fonte: Autor (2015)

Segundo mapa digital da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a área de intervenção possui uma área de 1.280,00 m².

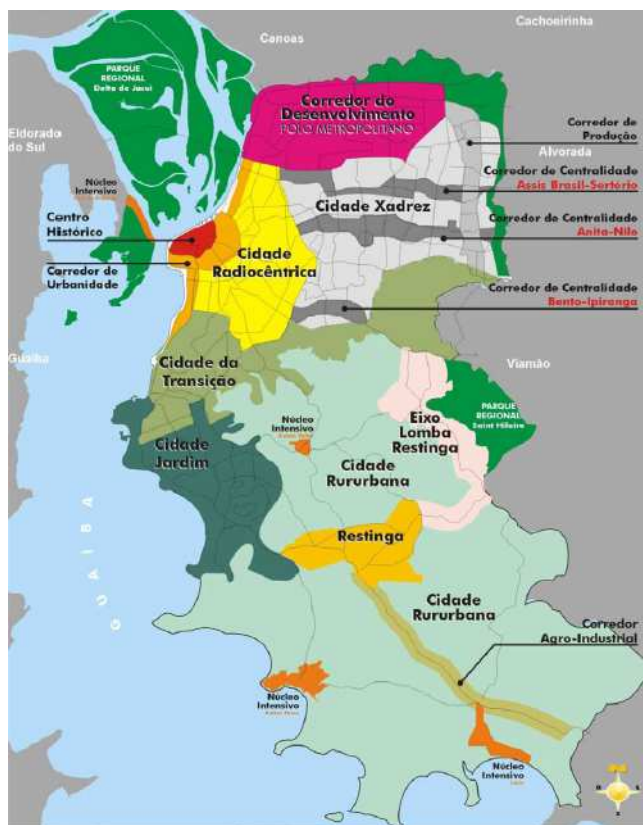
A topografia do lote é simples. Não possui nenhuma curva de nível, o terreno é praticamente plano.

Possui uma ótima incidência solar, tem uma vista para o Cais do Porto, possibilitando trabalhar com a vista para uma das principais riquezas da cidade, o Rio Guaíba.

4.5 CONDICIONANTES LEGAIS

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico Ambiental de Porto Alegre, apresenta diretrizes de como é permitido se ter a ocupação do solo nas diversas áreas da cidade. A partir de suas informações foi visto quais as orientações que se devem ser tomadas na área de intervenção para que se tenha um melhor aproveitamento do lote.

Figura 19 - Estratégia de Sistema de Planejamento



Fonte: PDDUA (2015)

A área de intervenção está situada na entre a Avenida Mauá e a Rua Siqueira Campos, conforme mencionado anteriormente. Por essa razão localiza-se na Macrozona 1, figura 16, onde engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do município, com incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural.

Conforme o Regime Urbanístico o Plano Direto Municipal o setor que se encontra o lote não possui limite de afastamentos para a construção somente estabelece para a área de intervenção:

| REGIME URBANISTICO | | | | |
|---|-------|-----------|-------|----------------|
| MACROZONA 1 - CENTRO HISTORICO | | | | |
| AREA DO TERRENO: 1.280,00 m ² | | PERMITIDO | | |
| TO | % MAX | 75 | 960 | m ² |
| IA | MAX. | 3 | 3.840 | m ² |

4.6 JUSTIFICATIVA DO LOTE

De acordo com os dados analisado a maior parte da população em situação de rua vivem no Centro Histórico, nos bairros Floresta e Menino Deus, que são próximos ao lote escolhido.

Pelo fato de se ter um fácil acesso ao lote e por estar situado na zona em que se encontram a pessoas em situação de rua, foi de grande relevância propor um projeto nesse meio. O Centro de Apoio ficará acessível a todas as pessoas que queiram usufruir do programa que irá apresentar.

5 PROJETOS REFERENCIAIS

Os projetos referenciais serão apresentados em duas propostas: análogos e formais.

Os projetos análogos escolhidos têm como finalidade apresentar o programa de necessidade e o público alvo, com a intenção de serem semelhantes ao projeto pretendido. Porém, por não terem sido encontrados referências com a mesma intenção de projeto e o mesmo programa de necessidades que essa pesquisa busca, foram analisadas referências as mais semelhantes possível, em geral com a finalidade do acolhimento à população em situação de rua.

Já os projetos referenciais formais foram analisados e estudados na medida em que apresentam ideias de volumetria, proposta conceitual, soluções arquitetônicas e construtivas interessantes para o projeto pretendido, não necessariamente com o mesmo tema.

5.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS

5.1.1 DESIGN FOR HOMELESS SHELTER

Localizado na cidade de San Luis Obispo County, Califórnia nos Estados Unidos, o Design for Homeless Shelter, tem como objetivo ajudar as pessoas que vivem em situações de rua a terem um emprego, moradia, serviços médicos entre outros. A instituição oferece seus serviços a 43mil pessoas em toda a cidade de San Luis Obispo County e nas demais regiões ao redor da Califórnia (ARCHDAILY, 2011).

Figura 20 - Fachada do Projeto

Fonte: Winstanley (2011)

O Centro tem a intenção de oferecer um espaço que seja de grande acolhimento para as pessoas em situação de rua, como dormitórios, áreas de serviços, cozinha, assistência médica, áreas com ajuda psicológica para doentes mentais e a parte administrativa do empreendimento (ARCHDAILY, 2011).

Figura 21 - Fachada do Projeto

Fonte: Winstanley (2011)

O programa de necessidades serve com grande importância para o projeto pretendido, afim de tornar o espaço agradável e de acolhimento para os moradores de rua.

Figura 22 - Recepção do projeto



Fonte: Winstanley (2011)

A intenção da equipe do projeto é que as pessoas conseguissem se localizar de forma simples e direta nos ambientes. Sendo assim, a organização clara, que foi executada de acordo com as direções cardeais (Norte, Sul, Leste e Oeste). Por isso a equipe projetou a estrutura do prédio em torno de uma coluna central para que ajudasse nas distribuições dos ambientes de acordo com os eixos norte, sul, leste e oeste (ARCHDAILY, 2011).

Figura 23 - Planta Baixa Primeiro Pavimento

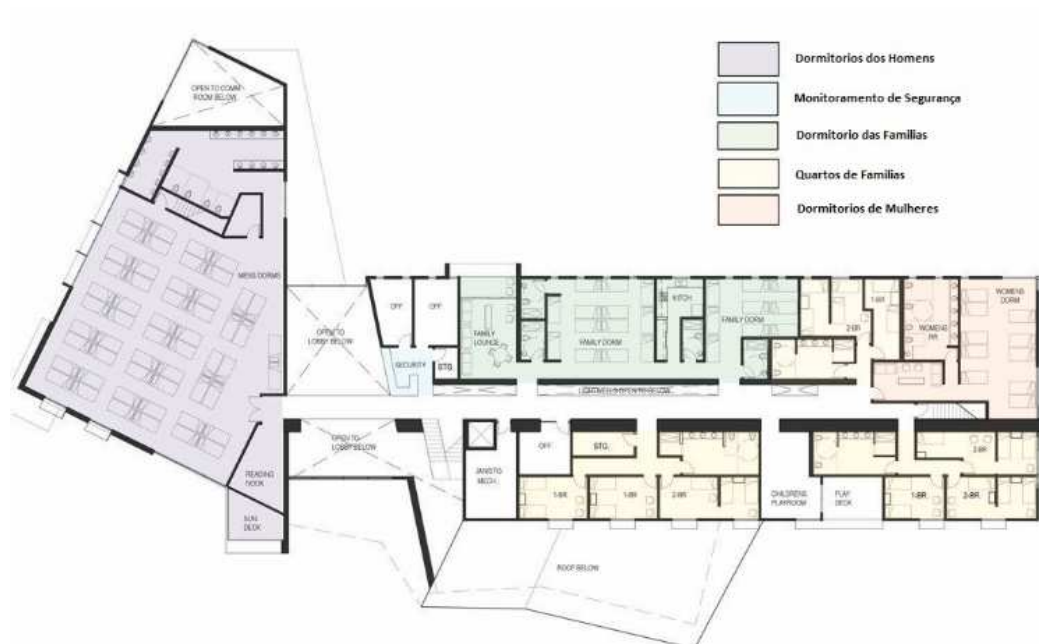


Fonte: Winstanley (2011).

Os espaços de segurança também seguem os eixos cardeais, estão localizados mais ao leste da edificação, com maior controle de segurança. Para as salas que ficam do lado oeste há espaços de programas públicos e ligação com o exterior (ARCHDAILY, 2011).

O primeiro pavimento são os usos mais comuns, espaços com áreas de serviço, assistência médica e administrativa. No segundo pavimento está o monitoramento de segurança onde consegue se ter uma visão ampla de todas as alas da edificação, os dormitórios dos homens, mulheres e famílias (ARCHDAILY, 2011).

Figura 24 - Planta Baixa do segundo pavimento



Fonte: Winstanley (2011)

O projeto apresenta uma forma de organização muito interessante para se utilizar no projeto pretendido. Em questão de forma não será utilizado como referência.

5.1.2 THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER

Arquiteto: Overland Partners

Localização: Dallas, Texas, USA

Área: 75000m²

Ano do Projeto: 2010

O centro de assistência e abrigo aos moradores de rua foi concluído em maio de 2008, no distrito central de negócios de Dallas - EUA. A edificação fornece uma ampla ajuda e cuidados, incluindo a habitação para as mais de 6.000 pessoas em Dallas que enfrentam a falta de moradia. Composto por cinco edifícios que criam um pátio central, tem como objetivo acolher a comunidade do seu entorno. O projeto incorpora um edifício de três andares de serviços. Nele estão situados local para armazenagem e refeitório (PARTNES, 2010).

Figura 25 - Vista da fachada do projeto



Fonte: Patnes (2010)

"Desde a abertura do abrigo, mais de 2,5 milhões de refeições foram servidas, 750 desabrigados foram colocados em habitação tendo uma redução de 57%", de acordo com James Andrews, diretor da Overland Partners Architects (PARTNES, 2010).

Além de ser um Centro de apoio que visa ajudar as necessidade de quem precisa, o projeto possui múltiplas características sustentáveis, tais como: telhado verde, sistema de cisterna e iluminação natural em toda a edificação. Por ser um projeto abrigado por causas humanitárias e preservação do meio ambiente, a edificação foi premiada com LEED (Liderança em Energia e Design Ambiental) Certificação de prata do US Green Building Council, tornando-o o maior abrigo nos Estados Unidos a ser certificado LEED (PARTNES, 2010).

Figura 26 - Vista pátio interno do projeto



Fonte: Patnes (2010)

Para fins de referência projetual, The Bridge Homeless Assistance Center se enquadra na parte estrutural e espaços de laser ao ar livre. Por ser uma edificação com elementos aparentes chama a atenção por contribuir para o projeto pretendido.

5.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS

5.2.1 SINAGOGA E CENTRO COMUNITÁRIO C.I.S.

Arquitetos: Jaime Bendersky Arquitectos, Gabriel Bendersky, Richard Von Moltke

Localização: Comandante Malbec 13210, Lo Barnechea, Santiago, Chile

Área: 10218.0m²

Ano do Projeto: 2014

Figura 27 - Perspectiva aérea do projeto



Fonte: Bendersky e Moltke (2014)

A Comunidade Judaica de Santiago, após operar por quase cinquenta anos na Grande Sinagoga no sul da cidade, mudou-se para uma nova sede situada na zona oeste. Este novo local abriga uma maior comunidade, com atividades sociais e culturais, além de religiosidade (BENDERSKY e MOLTKE, 2014).

Figura 28 - Vista da Fachada do projeto



Fonte: Bendersky e Moltke (2014)

Cercado por árvores antigas de nozeiras e castanheiras, o terreno com aproximadamente 6.040,0 m², tem uma vista privilegiada para as montanhas dos Andes do Sul (BENDERSKY E MOLTKE, 2014).

A edificação apresenta uma proposta de edifícios distintos, com “diferentes usos e impondo ordens e hierarquias temáticas” agrupados em um mesmo conjunto partido. O projeto mostra uma composição com base em volumes salientes e “um núcleo central capaz de articular e mediar as aproximações e as perspectivas” (BENDERSKY E MOLTKE, 2014).

Figura 29 - Corte Longitudinal



Fonte: Bendersky e Moltke (2014)

Um espelho d'água com 50x50m está em frente a parte maior da Sinagoga, com capacidade de abrigar 80 pessoas. Há ainda outra sinagoga, menor, utilizada para usos diários. Interessante que as volumetrias das edificações estão rotacionadas para exata orientação em direção a Jerusalém, ligadas a um terceiro volume com estrutura de concreto onde as aberturas proporcionam uma visão para as cordilheiras (BENDERSKY E MOLTKE, 2014).

No simbolismo Judaico a água representa a “vida”, por isso é usada com um elemento fundamental na proposta arquitetônica. Além de ser importante para as atividades religiosas, acaba destacando e mostrando leveza para a edificação (BENDERSKY E MOLTKE, 2014).

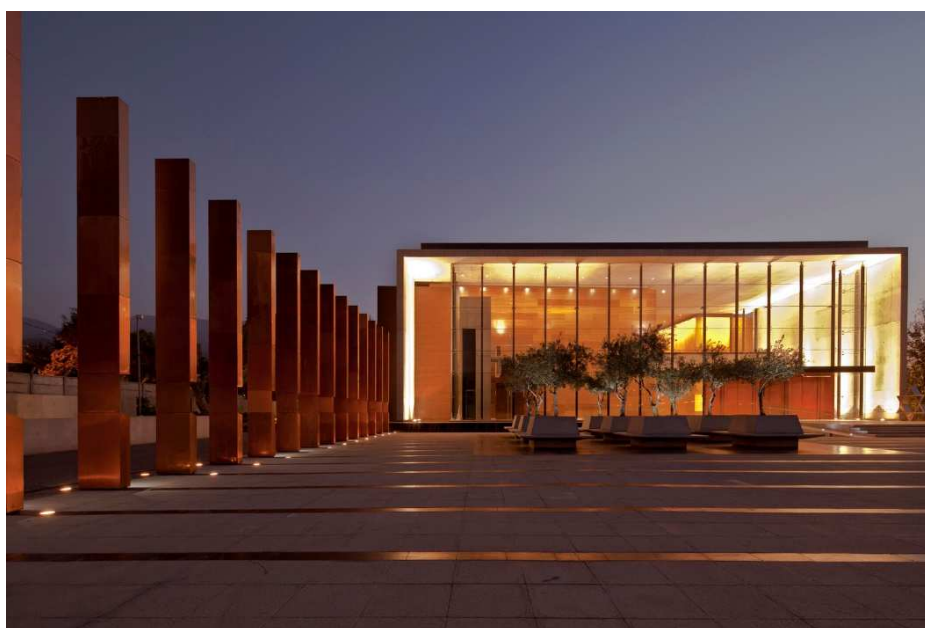
Figura 30 - Vista da fachada do projeto



Fonte: Bendersky e Moltke (2014)

Já o edifício da cultura abrange todos os usos comunitários: “biblioteca, cafeteria, salas de aulas e oficinas administrativas”. Esse volume tem 111 metros de largura. Nele estão localizados os acessos e “uma praça coberta que comemora as doze tribos de Israel, através dos doze pilares metálicos posicionados de acordo com a distribuição histórica dos territórios” (BENDERSKY E MOLTKE, 2014).

Figura 31 - Vista da fachada do projeto



Fonte: Bendersky e Moltke (2014)

Há um subsolo na edificação que comporta salões multiuso e equipamentos de apoio, na sua superfície está situado uma grande praça de cerimônias, “o epicentro de articulação espacial de todo o complexo (BENDERSKY E MOLTKE, 2014).

O edifício de estacionamentos também é no subsolo, onde são disponibilizadas 224 vagas, na parte externa desaparece sobre uma grande laje com um gramado onde acontecem diversas atividades voltadas para a cultura da comunidade Judaica (BENDERSKY E MOLTKE, 2014).

Figura 32 - Imagem da fachada do projeto



Fonte: Bendersky e Moltke (2014)

Por ser um edifício voltado para usos comunitários, se torna uma ótima referência para o projeto pretendido. O pátio interno que configura a partir da disposição dos volumes da edificação, permitindo uma socialização entre as pessoas.

5.2.2 CENTRO COMUNITÁRIO LA QUEUE DU LÉZARD

Arquitetos: Rue Royale Architectes

Localização: Avenue des Grandes Varennes, 17000 La Rochelle, França

Área: 2390,0 m²

Ano do projeto: 2014

Localizado na França, projeto é proposto para um centro comunitário com atividades de esporte e uma biblioteca de jogos. O Complexo é construído “em torno de uma espinha dorsal de concreto que contém todas as áreas técnicas e de serviços”. A definição do conceito foi ter uma visão geral da edificação em que apresenta uma mistura entre cheios e vazios. “Este método de projeto e sua flexibilidade projetual ganhou o apelido de “rabo do lagarto” (ROYALE, 2014).

Figura 33 - Vista da Fachada do projeto



Fonte: Royale (2014)

O projeto está localizado em um bairro com grandes complexos habitacionais, com base nos planejamentos urbanos de 1960. O edifício se encaixa naturalmente neste traçado urbano e se expande na forma de um longo volume de madeira de

leste a oeste. A ideia inicialmente do projeto era um edifício horizontal em um terreno inclinado (ROYALE, 2014).

Figura 34 - Vista da estrutura do projeto



Fonte: Royale (2014)

Sua arquitetura permite que a edificação acomode os diferentes programas em sua horizontalidade. A qualidade de seus elementos construtivos e o jogo de luz natural e artificial o tornam um complexo diferente e interessante (ROYALE, 2014).

O centro comunitário oferece acesso fácil e seguro. A posição central da edificação indica um direcionamento à todas as atividades. As grandes áreas envidraçadas permitem um ótimo monitoramento da circulação das pessoas no complexo (ROYALE, 2014).

Figura 35 - Vista dos elementos construtivos do projeto



Fonte: Royale (2014)

No Complexo foram aplicados os princípios fundamentais do design ambiental (ROYALE, 2014):

um conceito arquitetônico "bioclimático" com base em edifícios compactos.

uma parte da estrutura é em concreto para dar ao edifício a inércia térmica necessária.

Isolamento térmico é reforçado para limitar as necessidades de aquecimento.

Os espaços e aberturas destinam-se a limitar as perdas de calor e superaquecimento da seguinte forma: no Sul, as grandes aberturas nas paredes de vidros são protegidas por toldos e vegetação densa.

Figura 36 - Corte esquemático do projeto



Fonte: Royale (2014)

A edificação foi escolhida por ter um trabalho interessante na sua volumetria, com elementos de estrutura aparente. Porém, não se pretende utilizar a sua forma, pois aparenta ser um prédio todo cercado, não sendo convidativo, o que não serve para o projeto pretendido. A intenção da escolha foi pelas técnicas construtivas que são adotadas, o que irá contribuir para o trabalho.

5.2.3 MENÇÃO HONROSA 8ª CONCURSO CBCA

A proposta para o projeto consiste em uma revitalização de uma área da cidade de Porto Alegre/RS. O programa apresenta um complexo esportivo, para a substituição de uma praça que se encontra degradada. Por ser em uma área residencial que tem uma grande demanda e uma escola de ensino fundamental, o projeto pretende acomodar a integração de equipamentos para essa necessidade existente (BARATTO, 2015).

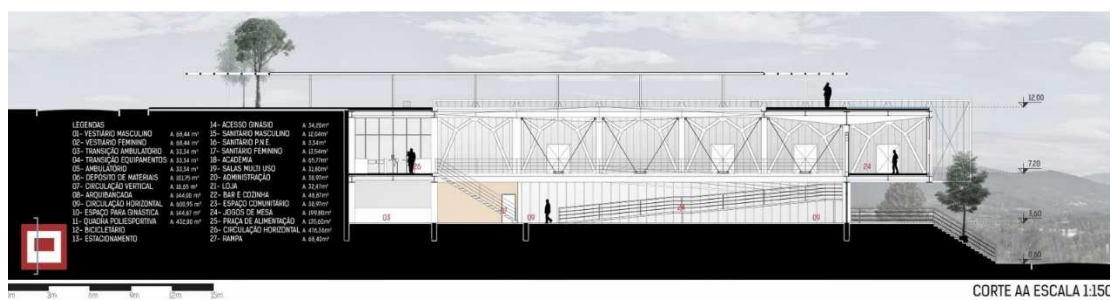
Figura 37 - Fachada do Projeto



Fonte: Baratto (2015)

O partido volumétrico da edificação consiste em volume que segue a continuidade do terreno. Divido em 3 níveis, sendo o primeiro que abrigará a quadra poliesportiva, e demais áreas de apoio, no segundo terá acesso a arquibancada e a conexão com a escola existente, além de espaços de laser e administrativo, e por fim o terceiro pavimento consiste em uma praça aberta e fechada com academia ao ar livre (BARATTO, 2015).

Figura 38 - Corte AA longitudinal



Fonte: Baratto (2015)

Figura 39 - Corte BB Transversal

Fonte: Baratto (2015)

Toda a edificação foi planejada através de uma malha retangular de 6x6m com a utilização de estruturas metálicas.

Este projeto foi escolhido devido a sua volumetria em relação ao projeto anterior, a sua forma se torna ideal para o trabalho a ser feito. A organização do layout sendo espaços livre e de convivência, são convidativos para o programa que a ser desenvolvido para o projeto pretendido.

5.2.4 EDIFÍCIO DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA

Localizado no Chile, na região de Arica y Parinacota, o laboratório de Física situa-se em uma área de planícies, com clima ameno, nevoa pela manhã, alta radiação ao meio dia, e a poeira no ar trazida ao entardecer pelos ventos oceânicos sudoeste. A proposta do projeto foi embrulhar a edificação com uma malha onde pudesse amenizar todas as situações do meio ambiente, protegendo a todos que estivesse no prédio (ARCHDAILY, 2015).

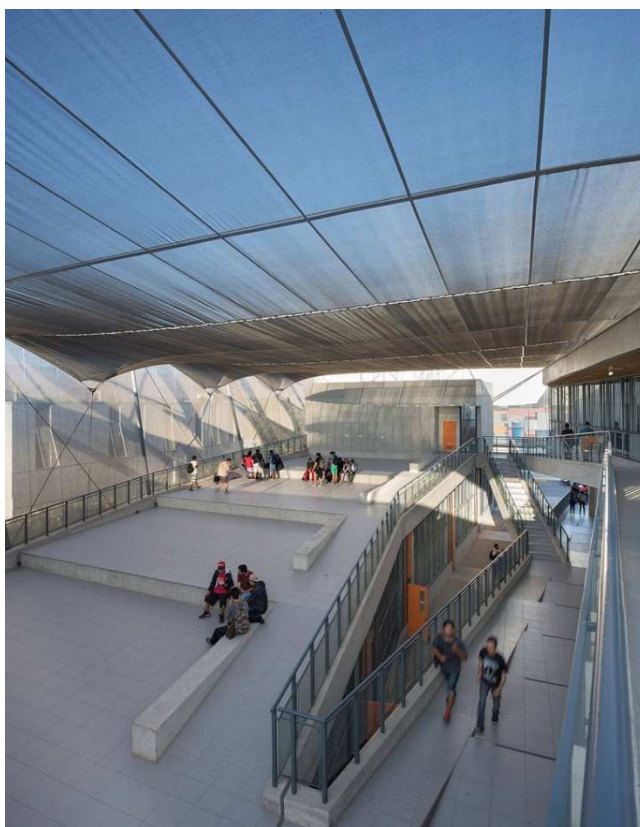
Figura 40 - Vista aérea da Edificação



Fonte: Archdaily (2015)

A intenção da referência para o projeto pretendido foi a utilização de espaços internos abertos de grande proporção para que seja convidativo para quem utiliza a edificação. Espaço que possam melhorar o convívio social entre todos que ali estão.

Figura 41 - Vista interna da edificação - espaço de convívio



Fonte: Archdaily (2015)

Os elementos estruturais apresentados no projeto são interessantes, o propósito da malha é de proteger os usuários e “moderar a temperatura conservando a umidade no concreto” (ARCHDAILY, 2015).

Figura 42 - Fachada da edificação



Fonte: Archdaily (2015)

Figura 43 - Brises na fachada



Fonte: Archdaily (2015)

6 PROPOSTA DE PROJETO

A proposta de um Centro de Apoio a População em Situação de Rua, busca atender às suas necessidades de forma qualificada, proporcionando uma vida mais digna a essas pessoas. Por viverem em condições precárias de pobreza extrema, como foi abordado nos itens acima, o projeto pretendido busca alcançar e seguir as condições estipuladas no decreto n.7053, assegurar o acesso a todos os serviços e programas de saúde, educação, assistência social, com implantação de defesa dos direitos humanos para essa população em situação de rua.

Desta forma, sugerimos espaços que proporcionam uma perspectiva de vida melhor para essa população – possibilidade de educação, profissionalização, alimentação, cuidados básicos de higiene, atendimento de saúde física e mental. Enfim, qualquer tipo de ajuda profissional, visando “inserir” esses indivíduos na sociedade, garantindo com dignidade os direitos de qualquer cidadão.

6.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES

A partir dos dados coletados e analisados com o desenvolvimento da pesquisa, foi elaborado um programa de necessidades para dar início ao projeto pretendido. Através das referências estudadas, foram levantadas as necessidades que são importantes para a criação do Centro de Apoio a População em Situação de Rua que atenda ao Artigo 7 do Decreto n.7053.

O programa foi organizado nos seguintes macrosetores: Administrativo, Atendimento, Serviços, Oficinas/Ensino e Espaços Abertos.

A Administração, necessária para o funcionamento do empreendimento, abrange os espaços de recepção, sala de gerência, parte técnica entre outros. Já o setor de Atendimento conta com todo o auxílio de consulta de diversas áreas social, que garantam uma qualidade de vida e saúde para a população em situação de rua. Os Serviços proporcionam ajuda em questões de sobrevivência na rua, como alimentação, doações, lavanderia, entre outros. Em busca de aprendizagem para uma vida profissional, as Oficinas/Ensino proporcionam esse amparo. Por fim, os Espaços abertos são de convívio e a aquisição de responsabilidade pelo mesmo, com a intenção de ajudar a manter o local.

De acordo com as informações, figura 44 segue o programa de necessidades.

Figura 44 - Programa de Necessidades

| PROGRAMA DE NECESSIDADES | | | | | | | | |
|--------------------------|---------------------------|---|--------------|------------|------|---------|-----------------|--------|
| SETOR | AMBIENTE | DESCRIÇÃO | FUNCIONARIOS | CAPACIDADE | ÁREA | UNIDADE | ÁREA TOTAL (m²) | FONTE |
| ADMINISTRAÇÃO | Recepção | Atendimento as pessoas | 1 | 5 | 20 | 1 | 20 | KARLEN |
| | Administração | Pessoas para organização do local | 3 | 5 | 30 | 1 | 30 | KARLEN |
| | Gerencia | Pessoa responsável pela Instituição | 1 | 2 | 20 | 1 | 20 | KARLEN |
| | Sanitários/Vestuários | Sanitários Masculino e Feminino para pessoas da administração | | 2 | 15 | 2 | 30 | KARLEN |
| | Copa | Destinado a refeições da administração | | 2 | 10 | 1 | 10 | KARLEN |
| ATENDIMENTO | Recepção / Sala de Espera | Atendimento as pessoas para consultas | 3 | 20 | 90 | 1 | 90 | KARLEN |
| | Consultórios | Destinado para consultas em geral | 3 | 2 | 15 | 4 | 60 | KARLEN |
| | Clinico Geral | Destinado para consultas em geral | 3 | 2 | 15 | 4 | 60 | KARLEN |
| | Psicólogo | Destinado a atendimento psicológico | 3 | 2 | 15 | 4 | 60 | KARLEN |
| | Assistência Social | Entrevistas a assistente social | 3 | 2 | 15 | 4 | 60 | KARLEN |
| | Nutricionista | Destinado a atendimento nutrologo | 2 | 2 | 15 | 2 | 30 | KARLEN |
| | Advogado | Destinado a atendimento advocatício | 3 | 2 | 15 | 2 | 30 | KARLEN |

| SETOR | AMBIENTE | DESCRIÇÃO | FUNCIONARIOS | CAPACIDADE | ÁREA | UNIDADE | ÁREA TOTAL (m²) | FONTE |
|-------------------|-----------------------|---|--------------|------------|------|---------|-----------------|--------|
| SERVIÇOS | Recepção | Atendimento as pessoas para serviços | 2 | 5 | 15 | 1 | 15 | KARLEN |
| | Lavanderia | Local para lavagem de roupas | 2 | 20 | 80 | 1 | 80 | KARLEN |
| | Doações | Local para receber/distribuir doações | 1 | 10 | 80 | 1 | 80 | KARLEN |
| | Cozinha | Destinado a preparo das refeições | 8 | 8 | 80 | 1 | 80 | KARLEN |
| | Refeitório | Destinado as refeições | | 100 | 400 | 2 | 800 | KARLEN |
| | Depósitos | Destinado a armazenagem de produtos | 1 | | 20 | 1 | 20 | KARLEN |
| | Sanitários/Vestuários | Destinado ao público externo / masculino e feminino | | 8 | 100 | 2 | 200 | KARLEN |
| | Estacionamento | Destinado aos veículos | | 15 | 30 | 1 | 30 | KARLEN |
| OFICINAS/ENSINO | Salas de aula | Destinado a ensino | 1 | 30 | 45 | 2 | 90 | KARLEN |
| | Salas de informática | Destinado a informática | 1 | 30 | 45 | 2 | 90 | KARLEN |
| | Sala Multifuncional | Uso diversos | 1 | 50 | 100 | 2 | 200 | KARLEN |
| | Recreação infantil | Destinado a crianças | 2 | 15 | 25 | 2 | 50 | KARLEN |
| ESPAÇOS ABERTOS | Horta | Destinado a trabalhos voluntários para plantação de alimentos | 1 | 10 | 200 | 2 | 400 | KARLEN |
| | Lazer | Espaço de convívio | | 200 | 700 | 1 | 700 | KARLEN |
| EQUIPAMENTOS | Reservatório | | | 1 | 4 | 3 | 12 | KARLEN |
| | Central de Gás | | | 1 | 4 | 3 | 12 | KARLEN |
| TOTAL m² = | | | | | | | 3.347 | |

Fonte: Autor (2015)

6.2 MATERIAIS CONSTRUTIVOS

6.2.1 ESTRUTURA DE AÇO

A tecnologia do aço tem sido muito utilizada pelos arquitetos, permitindo projetos marcantes e de expressões arquitetônicas que sejam referência. Por se tratar de um sistema de rápida execução, a construção pode reduzir até 40% comparado ao processo convencional (INABA, 2015).

Figura 45 – Estrutura Metálicas



Fonte: Inaba (2015)

Sendo um sistema construtivo que é compatível com qualquer tipo de material - tijolos, blocos de concreto, lajes, até mesmo com componentes pré-fabricados, painéis de concreto, drywall, entre outros - o sistema construtivo acaba tendo grande flexibilidade que permite adequações, ampliações, caso seja necessário, além de facilitar as instalações úteis para a edificação (INABA, 2015).

Figura 46 – Divisórias Steel Frame

Fonte: Inaba (2015)

E por em se tratar de estrutura metálica, a mesma é menos agressiva ao meio ambiente, pois diminui o consumo de resíduos que ficam na obra (INABA, 2015).

Por fim, sendo um sistema ecologicamente correto e de rápida execução as estruturas metálicas, tem ganhado muito espaço no mercado, sendo um recurso diferenciado das obras convencionais.

6.2.2 ECOTELHADO

Por ser diferenciado dos sistemas convencionais, o Ecotelhado pode ser classificado como um sistema semi hidropônico, por armazenar a água da chuva e reciclagem de águas cinzas/negras da própria edificação. Por se tratar de um jardim suspenso, juntamente com a captação de água da chuva, tratamento de efluentes, captação de energia solar e outros benefícios, o seu sistema acaba se tratando de uma nova geração de telhados verdes convencionais (ECOTELHADO, 2015).

Visando a sustentabilidade, os benefícios que o Ecotelhado apresenta são essenciais para o meio ambiente. Podemos listá-los como:

- Retenção de água da chuva;
- A relação da edificação com o meio ambiente;
- Conforto térmico e acústico para a edificação;
- Economia e maior durabilidade para os prédios.

Com a cobertura vegetal, o calor térmico acaba sendo reduzido significativamente dentro da edificação. Sendo assim, diminuindo o consumo de ar condicionado, auxiliando no conforto interno, conforme figura abaixo (ECOTELHADO,2015)

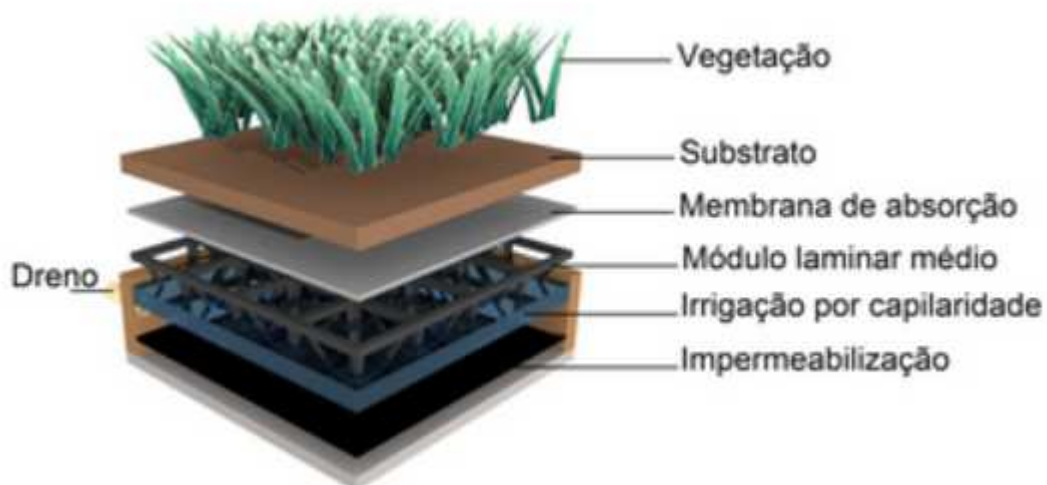
Figura 47 – Comparativo da Incidência Solar



Fonte: Ecotelhado (2015)

Dessa forma, ao plantar plantas e/ou gramas na edificação, as mesmas extraem o calor do ambiente pela evaporação, fotossíntese e pela capacidade de armazenar calor de sua própria água. A cobertura verde por sua vez funciona como um isolante térmico, reduzindo a temperatura do ambiente e a energia elétrica gasta aquecer ou resfriar a edificação (ECOD, 2012).

Figura 48 – Detalhamento do Ecotelhado



Fonte: Ecotelhado (2015)

Figura 49 – Imagem de cobertura Verde



Fonte: Ecotelhado (2015)

Por se tratar de um sistema sustentável, o Ecotelhado é importante para o meio ambiente e para as cidades. Seu sistema ajuda a diminuir as temperaturas dos ambientes e melhora o isolamento térmico da edificação.

6.3 NORMAS TECNICAS

O Centro de Apoio a População em Situação de Rua acolherá adaptações necessárias vigentes pela lei e pelas normas brasileiras: NBR 9050, NBR 9077.

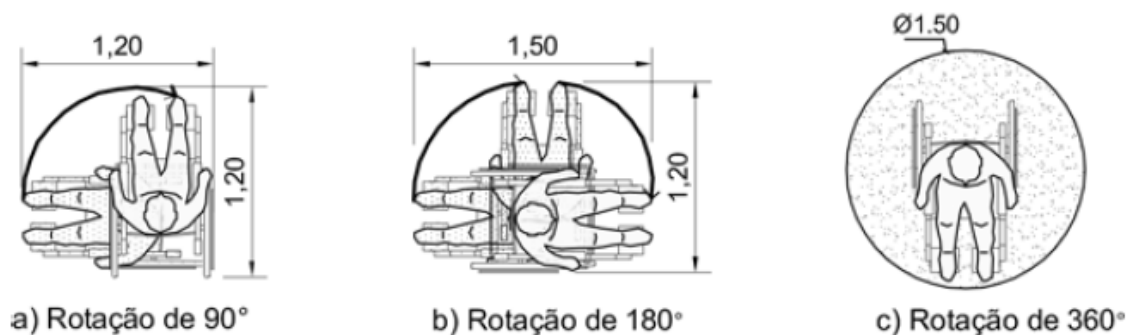
A NBR 9050 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições acessíveis.

Listaremos a seguir alguns itens que julgamos serem importantes ao nosso projeto.

Conforme item 4.3.3. da NBR 9050, as medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, são:

- a) para rotação de 90° = 1,20 m x 1,20 m;
- b) para rotação de 180° = 1,50 m x 1,20 m;
- c) para rotação de 360° = diâmetro de 1,50 m.

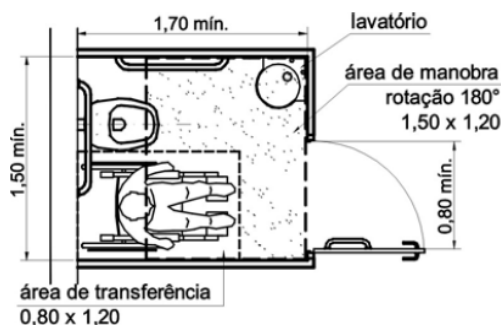
Figura 50 – Espaço de rotação dos cadeirantes



Fonte: ABNT 9050 (2004)

De acordo com o item 7.3.3.1. os boxes para bacia sanitária devem garantir as áreas para transferência diagonal, lateral e perpendicular, bem como área de manobra para rotação de 180°. Quando houver mais de um boxe acessível para as bacias sanitárias, as áreas de transferência e barras de apoio devem estar posicionadas de lados diferentes, contemplando todas as formas de transferência.

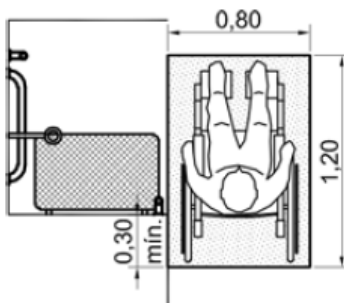
Figura 51 – Banheiro para Cadeirantes



Fonte: ABNT 9050 (2004)

Para boxes de chuveiros, conforme o item 7.3.4., deve ser prevista área de transferência externa ao boxe, de forma a permitir a aproximação paralela, devendo estender-se no mínimo 0,30 m além da parede onde o banco está fixado, sendo que o local de transposição da cadeira de rodas para o banco deve estar livre de barreiras ou obstáculos. Quando houver porta no boxe, esta não deve interferir na transferência da cadeira de rodas para o banco e deve ser de material resistente a impacto.

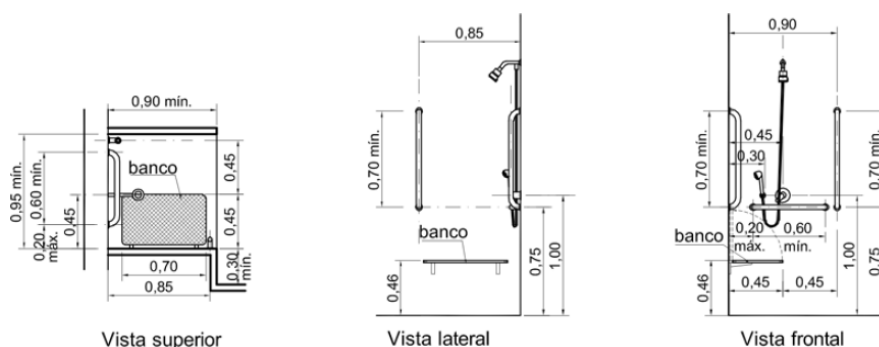
Figura 52 – Dimensionamento para o box dos cadeirantes



Fonte: ABNT 9050 (2004)

Os boxes devem ser providos de banco articulado ou removível, com cantos arredondados e superfície antiderrapante impermeável, ter profundidade mínima de 0,45 m, altura de 0,46 m do piso acabado e comprimento mínimo de 0,70m, conforme as figuras que seguem. Recomenda-se banco do tipo articulado para cima.

Figura 53 – Dimensões dos chuveiros para cadeirantes

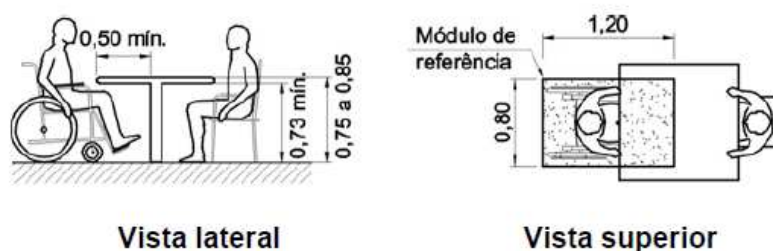


Fonte: ABNT 9050 (2004)

O item 9 trata de mobiliários. Visto que se pretende implementar no Centro de Apoio sala de administração, salas de ensino, refeitório, entre outros, este é um item importante de destacarmos.

A norma apresenta que em centros de leitura, pelo menos 5%, no mínimo, uma das mesas deve ser acessível. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. As mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e a altura total da superfície deve estar entre 0,75m e 0,85m do piso. Deve ser garantido um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m.

Figura 54 – Dimensionamento das mesas dos refeitórios



Fonte: ABNT 9050 (2004)

Além disso, deve ser considerado que todos os ambientes sejam contemplados pela NBR9050, podendo ser utilizadas rampas de acesso que obedeçam ao 8,33% de inclinação, estipulados por esta norma.

Dentro da norma NBR 9077, norma que rege as diretrizes de prevenção de incêndio da edificação, tais como saídas de incêndio e sinalizações, afim de que os usuários da mesma possam abandoná-la em caso de incêndio, completamente protegidos. Para a aplicação desta norma é necessárias informações como altura, dimensões em planta, características construtivas, além da quantidade total de habitantes da edificação.

Deverá ser considerado o item 4.4 da NBR9077, que trata do dimensionamento das saídas de emergência. Conforme item 4.4.2 da NBR9077, as larguras mínimas das saídas deverão ser de 1,10m, correspondendo a duas unidades de passagem e 55cm para as ocupações em geral. Esta deverá ser medida em sua parte mais estreita, não sendo admitidas saliências.

Já o item das escadas, 4.7 da NBR9077, determina que esta deverá atender a todos os pavimentos, acima e abaixo da descarga, mas terminando obrigatoriamente no piso desta, não podendo ter comunicação direta com outro lanço na mesma prumada. Após serem tomadas decisões de projeto, que determinem a altura, dimensões, características construtivas, quantidade total de habitantes, quanto ao tipo de escada, se será comum, enclausurada ou ainda a prova de fumaça.

CONCLUSÃO

Com as todas as análises realizadas é relevante e necessário ter um meio de amparo a todas as pessoas que passam por dificuldade nas ruas. Leis foram impostas, porém, não estão sendo cumpridas. Não depende somente dos governantes ou algum órgão competente, mas sim de todos os cidadãos. Cada vez mais ouvimos falar por meio de comunicação ou por experiência pessoal, que todos temos que ajudar uns aos outros, mas nada é feito para mudar.

Segundo os dados coletados, muitos dos órgãos públicos deixam a população de rua de lado sem prestar auxílio. Fica evidente que é necessária uma adequação das políticas para tratar as deficiências da cidade.

O material pesquisado foi de grande importância para se ter conhecimento sobre o tema de estudo. De acordo com toda a produção da pesquisa, foram encontrados referencias e experiências com as pessoas que passam por dificuldades, não podendo ter uma vida digna como muitos. Com essas informações, juntamente com os condicionantes legais, a definição do programa de necessidades e a área de intervenção, são de grande importância conceitual para se ter um lançamento preliminar do Centro de Apoio a População em Situação de Rua.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>> Acesso em: setembro 2015.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73560318/NBR-9077-Saidas-de-emergencia>> Acesso em: setembro 2015.

ARGILES, Marilei dos Santos, SILVA, Vini Rabassa. **Assistência social e população em situação de Rua**. 2011. *In*: V Jornada Internacional de Políticas Públicas - Universidade Federal do Maranhão, Manaus, 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kNQ6qzIJby4J:www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIO_S_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: setembro 2015.

ARCHDAILY BRASIL, **Edifício do Departamento de Física / Marsino Architectura** [Edifício Departamento de Física / Marsino Architectura] 13 Nov 2015. . (Trad. Gabriel Pedrotti) <<http://www.archdaily.com.br/br/777035/edificio-do-departamento-de-fisica-marsino-architectura>> Acesso em: novembro de 2015

BARATTO, Romullo. "**Menção Honrosa no 8º Concurso CBCA / Alexandre Engel, Lucas Sulzbach, Lucas Medeiros e Henrique Caumo**" 10 Out 2015. *ArchDaily Brasil*. Acessado 7 Nov 2015. <<http://www.archdaily.com.br/br/775058/mencao-honrosa-no-8o-concurso-cbca-alexandre-engel-lucas-sulzbach-lucas-medeiros-e-henrique-caumo>>

BENDERSKY, Gabriel e MOLTKE, Richard, **Sinagoga e Centro Comunitário C.I.S.** / JBA + Gabriel Bendersky + Richard von Moltke " [Synagogue and Community Center C.I.S. / JBA + Gabriel Bendersky + Richard von Moltke] 30 Ago 2014. *ArchDaily Brasil*. (Trad. Gabriel Pedrotti) <<http://www.archdaily.com.br/br/626186/sinagoga-e-centro-comunitario-cis-jba-mais-gabriel-bendersky-mais-richard-von-moltke>> Acessado 13 Dez 2015.

BRASIL (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eei4fsKrJugJ:www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/cadernos-de-estudos/2007/no-5-sintese-das-pesquisas-de-avaliacao-de-programas-sociais-do-mds/arquivos/cad5.pdf/download+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: setembro 2015

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
Acesso em: setembro 2015

BRASIL (1993). **Lei de Nº 8.742 - Lei Orgânica de Assistência social**. Brasília, DF: Senado, 1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
Acesso em: setembro 2015

BRASIL (2009). **Decreto Nº 7.053 - Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersocial de Acompanhamento e Monitoramento**, Brasília, DF: Senado 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm Acesso em: agosto 2015

DORNELES, Espindola Aline, SILVA Borba Marta. **O retrato censitário da população adulta em situação de rua em Porto Alegre**. In: A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre. 2012. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_rua_em_movimento.pdf
> Acesso em: agosto 2015

ECOTELHADO. **Ecotelhado**. Disponível em: <http://ecotelhado.com/portfolio/ecotelhado/> Acesso em: outubro 2015

ECOD, Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/dicas-e-guias/guias/2012/janeiro/guia-da-construcao-verde-telhados-verdes> Acesso em: outubro 2015

IBGE, Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431490>
Acesso em: outubro de 2015.

INABA, Roberto, Disponível em: <http://wwwo.metallica.com.br/construcoes-metalicas-o-uso-do-aco-na-construcao-civil>
Acesso em: outubro 2015

KARLEN, Mark. **Planejamento de espaços internos. 3 Ed.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

MARCONE, Elisa e BICUDO, Francisco. **Vida nas Ruas**, Disponível em: <http://revistagiz.sinprosp.org.br/?p=5858>
Acesso em: Setembro de 2015.

NEUFERT, Ernst. **Neufert: arte de projetar em arquitetura**. 18. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

PORTA BRASIL, Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/numero-de-centros-de-referencia-de-assistencia-social-salta-45-em-quatro-anos>

Acesso em: outubro 2015

PROJETEEE, **Ventilação Natural** Disponível em:

<<http://projeteeee.ufsc.br/>>

Acesso em: novembro de 2015.

ROYALE, Rue, **Centro Comunitário La Queue du Lézard / Rue Royale Architectes**" [La Queue du Lézard Community Center / Rue Royale Architectes] 05 Mai 2014. *ArchDaily Brasil*. (Trad. Camilla Sbeghen) <<http://www.archdaily.com.br/br/601408/centro-comunitario-la-queue-du-lezard-slash-rue-royale-architectes>>

Acessado: Novembro de 2015.

WINSTANLEY, Tim. "**Design for Homeless Shelter** in San Luis Obispo Awarded" 26 Dec 2011. *ArchDaily*. <<http://www.archdaily.com/195063/design-for-homeless-shelter-in-san-luis-obispo-awarded/>>

Acesso em: Nov 2015

WIKIPEDIA, Disponível em:

< https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Alegre>

Acesso em: outubro 2015

SEIBT, Tais, **Maioria dos moradores de rua de Porto Alegre se recusa a ir para um albergue**, Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/08/maioria-dos-moradores-de-rua-de-porto-alegre-se-recusa-a-ir-para-um-albergue-4571357.html>>

Acesso em: setembro de 2015.

PARTNERS, Overland, **The Bridge Homeless Assistance Center / Overland Partners**" 01 Mar 2011. *ArchDaily*.<<http://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners/>>

Acesso em: Novembro 2015

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva e tal. **Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização desfiliação e desterritorialização**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 a605, dezembro de 2008.

Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf>>

Acesso: setembro 2015.

VARGAS, Bruna, **E se Porto Alegre se adaptasse aos moradores de rua?** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/08/e-se-porto-alegre-se-adaptasse-aos-moradores-de-rua-4575098.html>>

Acesso em: setembro de 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA

ENTREVISTA - Arquiteto e Urbanismo Fernando Delfino de Freitas Fuão, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

- 1- A cidade de Porto Alegre oferece que tipos de apoio/amparo à população em situação de rua?
- 2- Tendo em vista sua experiência com o tema, quais são as maiores dificuldades que a população em situação de rua enfrenta?

- 3- Que tipos de apoio/assistência/amparo a população em situação de rua demanda? Local de alimentação? Cuidados de saúde? Abrigos? Espaços de capacitação profissional?
- 4- Em sua opinião, uma edificação que buscasse acolher a população em situação de rua deveria ter que tipo de programa de necessidade? Em que bairro da cidade deveria se situar?
- 5- Que tipos de técnicas ou materiais construtivos se adaptariam melhor a edificações de acolhimento à população em situação de rua (albergues, casas de acolhimento, pontos de apoio)?
- 6- De seu ponto de vista, como a arquitetura e o urbanismo poderia contribuir para a melhoria da vida da população em situação de rua?
- 7- Você acredita que um “Centro de apoio à população em situação de rua” com assistência médica, psicológica, jurídica, nutricional, ensino e capacitação profissional, entre outros tipos de assistência, e sem espaço para albergagem, teria potencial de ser procurado pela população em situação de rua?